A Participação Política da Juventude em Portugal

Portugal em 2020

Patrício Costa













A Participação Política da Juventude em Portugal

Portugal em 2020

Relatório produzido por: Patrício Costa GULBENKIAN STUDIES

Índice

| Sumário executivo | 6 |
|--|----|
| 1.Introdução | 7 |
| 2.A participação política dos jovens portugueses em 2020 | 8 |
| 2.1. Dados e métodos | 8 |
| 2.2. O questionário | 11 |
| 2.2.1. Dados sociodemográficos | 12 |
| 2.2.2. Eficácia política | 12 |
| 2.2.3. Atitudes populistas | 13 |
| 2.2.4. Participação política | 13 |
| 2.2.5. Atitudes e comportamentos políticos | 15 |
| 3.Resultados | 15 |
| 3.1. Avaliação da situação atual | 16 |
| 3.2. Preocupações resultantes da situação de pandemia | 16 |
| 3.3. Emoções relativamente à situação atual do país | 17 |
| 3.4. Atitudes e comportamentos políticos | 18 |
| 3.5. Envolvimento social, cívico e político | 22 |
| 4. Análise por grupo etário | 23 |
| 4.1. Eficácia política | 23 |
| 4.2. Atitudes populistas | 24 |
| 4.3. Envolvimento social, cívico e político | 25 |
| 4.4. Outras formas de participação | 27 |
| 4.5. Atitudes e comportamentos políticos | 28 |
| 4.6. Autoposicionamento ideológico | 32 |
| 5. Comparação dos estudos de 2007, 2015 e 2020 | 33 |
| 5.1. Funcionamento da democracia em Portugal | 33 |
| 5.2. Interesse pela política | 34 |
| 5.3. Atividades relacionadas com informação sobre política | 34 |
| 5.4. Pertença e participação em grupos ou associações | 35 |
| 5.5. Comportamentos de participação política | 36 |
| 5.6. Autoposicionamento à esquerda/direita | 38 |
| 6. Preditores da participação política | 39 |
| 7. Análise das atitudes populistas | 41 |
| 8. Notas conclusivas | 45 |
| Referências | 47 |
| Apêndice | 48 |
| 1. Análise estatística | 48 |
| 1.1. Análise psicométrica das escalas | 48 |
| 1.2. Escala de eficácia política | 49 |
| 1.3. Escala de atitudes populistas | 50 |
| 1.4. Comparação de grupos etários | 50 |

Lista de Tabelas

| Tabela 1. Caracterização da Amostra | 9 |
|--|----|
| Tabela 2. Dimensões, itens e consistência interna da Escala de Eficácia Política | 12 |
| Tabela 3. Itens e consistência interna da Escala de Atitudes Populistas | 13 |
| Tabela 4. Análise Fatorial Exploratória da Escala de Participação Política | 14 |
| Tabela 5. Diferenças na Pertença a Grupos ou Associações em função do grupo | |
| etário | 30 |
| Tabela 6. Modelo de regressão para as formas de participação | 39 |
| Tabela 7. Modelo de regressão para as atitudes populistas | 43 |
| Lista de Figuras | |
| Figura 1. Avaliação da situação atual (agregado familiar, economia portuguesa e | |
| estado de saúde em Portugal) | 16 |
| Figura 2. Preocupação atendendo à situação atual de pandemia | 17 |
| Figura 3. Emoções perante a situação atual de Portugal | 17 |
| Figura 4. Funcionamento da democracia em Portugal | 18 |
| Figura 5. Interesse pela política | 18 |
| Figura 6. Atividades relacionadas com informações sobre política | 19 |
| Figura 7. Pertença e participação em grupos ou associações | 20 |
| Figura 8. Pertença e participação em grupos ou associações (médias e intervalos | |
| de confiança a 95%) | 21 |
| Figura 9. Opiniões acerca de partidos políticos e líderes partidários | 21 |
| Figura 10. Envolvimento social, cívico e político | 22 |
| Figura 11. Médias e intervalos de confiança a 95% da autoeficácia política, eficácia | |
| política coletiva e eficácia política externa por grupo etário | 23 |
| Figura 12. Médias e intervalos de confiança a 95% das atitudes populistas por | |
| grupo etário | 25 |
| Figura 13. Médias e intervalos de confiança a 95% das dimensões de participação | |
| política por grupo etário | 26 |
| Figura 14. Médias e intervalos de confiança a 95% das outras formas de | |
| participação política por grupo etário | 27 |
| Figura 15. Médias e intervalos de confiança a 95% da avaliação do funcionamento | |
| da democracia por grupo etário | 28 |
| Figura 16. Médias das fontes de informação política por grupo etário | 29 |
| Figura 17. Médias da pertença e participação em grupos ou associações por grupo | |
| etário | 31 |
| Figura 18. Médias das opiniões acerca de partidos políticos e líderes partidários | |
| por grupo etário. | 32 |
| Figura 19. Autoposicionamento ideológico por grupo etário | 33 |
| Figura 20. Perceção sobre o funcionamento da democracia em Portugal (2007, | |
| 2015 e 2020; médias e intervalos de confiança a 95%) | 33 |
| Figura 21. Interesse pela política dos jovens dos 15 aos 24 anos (2007, 2015 | |
| e 2020; distribuição de frequências) | 34 |

| rigura 22. Interesse pela politica (2007, 2015 e 2020; medias e intervalos de | |
|---|----|
| confiança a 95%) | 34 |
| Figura 23. Atividades relacionadas com informação sobre política dos jovens | |
| dos 15 aos 24 anos (2007, 2015 e 2020; distribuição de frequências). | 35 |
| Figura 24. Pertença e participação dos jovens dos 15 aos 24 anos em grupos | |
| ou associações (2007, 2015 e 2020; distribuição de frequências) | 36 |
| Figura 25. Comportamentos de participação política dos jovens dos 15 aos | |
| 24 anos (2007, 2015 e 2020; distribuição de frequências) | 37 |
| Figura 26. Autoposicionamento ideológico esquerda-direita (2007, 2015 e 2020; | |
| médias e intervalos de confiança a 95%) | 38 |
| Figura 27. Autoposicionamento ideológico esquerda-direita dos jovens dos | |
| 15 aos 24 anos (2007, 2015 e 2020; distribuição de frequências) | 38 |
| Figura 28. Coeficientes de regressão estandardizados e respetivos intervalos de | |
| confiança a 95% para a participação política convencional coletiva e individual | 40 |
| Figura 29. Coeficientes de regressão estandardizados e respetivos intervalos de | |
| confiança a 95% para o voto | 40 |
| Figura 30. Coeficientes de regressão estandardizados e respetivos intervalos de | |
| confiança a 95% para a participação cívica e <i>online</i> | 41 |
| Figura 31. Médias e intervalos de confiança a 95% para as atitudes populistas em | |
| função das variáveis de caracterização | 42 |
| Figura 32. Coeficientes de regressão estandardizados e respetivos intervalos de | |
| confiança a 95% para as atitudes populistas | 44 |
| Figura 33. Médias marginais para as dimensões da eficácia política coletiva | |
| e externa | 44 |
| Figura 34. Modelo estrutural da Escala da Eficácia Política com os coeficientes | |
| estimados estandardizados obtidos na amostra total | 49 |
| Figura 35. Modelo estrutural da Escala de Atitudes Populistas com os coeficientes | |
| estimados estandardizados obtidos na amostra total. | 50 |

Sumário executivo

- O estudo realizado em 2020 permitiu perceber que, embora quatro em cada 10 participantes considerem má a situação da economia nacional, mais de metade dos inquiridos apresenta uma perspetiva relativamente mais otimista em relação à sua situação económica individual. Atendendo à situação atual de pandemia, este estudo revelou que a maioria dos participantes, aquando da realização do inquérito, sentia esperança, mas também medo, e experiencia, ainda, grandes preocupações relativamente à sua saúde ou à saúde de pessoas próximas.
- Relativamente aos aspetos políticos, a amostra demonstra pouco ou nenhum interesse por esta temática e classifica o funcionamento da democracia no país, em média, como razoável. Salienta-se, porém, que a maioria das respostas se concentra entre uma avaliação razoável ou positiva (29% negativa; 28% razoável; 43% positiva).
- No que concerne ao recurso a diferentes fontes de informação política, na amostra total, verificou-se uma maior utilização da televisão para obter informação sobre política e, em contraste, uma menor utilização das redes sociais para este efeito. Contudo, o mesmo não se verifica no grupo dos jovens, que referiram recorrer maioritariamente às redes sociais e, com menor frequência, à televisão e à rádio para obter informação sobre política.
- Quanto à pertença a grupos ou associações, destaca-se que a maioria dos participantes nunca participou em nenhum dos grupos apresentados, sendo que o grupo com maior pertença foram as paróquias ou outras associações religiosas, e o grupo com menor pertença foram os partidos políticos e os movimentos sociais. Contudo, ao considerarmos os diferentes grupos etários, foi possível observar uma maior participação em grupos desportivos, associações juvenis e movimentos sociais nos jovens. Por seu lado, entre os jovens, não se verificou uma elevada participação em paróquias ou associações similares.
- Os resultados deste estudo permitiram, também, perceber que os jovens se sentem mais capazes de influenciar os processos políticos, a nível individual e em grupo, e que percecionam uma responsividade superior do sistema político perante as opiniões dos cidadãos, comparativamente a outros grupos etários.
- O grupo dos jovens demonstrou, ainda, um maior envolvimento em comportamentos de participação política não-convencional (cívica e *online*), numa tentativa de influenciar a política através de meios não-institucionais. Em contraste, denota-se um menor envolvimento em comportamentos de participação política convencional o que se manifesta na tendência reduzida para votar nas eleições. Quando ajustamos para outras variáveis, os jovens apresentam menor apetência para a participação convencional coletiva e para o voto, mas maior apetência para a participação *online*.
- Verificámos uma menor concordância de atitudes populistas nos jovens. No entanto, o efeito do grupo etário nas atitudes populistas deixa de existir quando ajustamos a comparação a outras variáveis como por exemplo, educação, rendimento, eficácia

política, entre outras. Conseguimos, também, concluir que níveis reduzidos nas atitudes populistas se encontram relacionados com níveis elevados de ensino (dos participantes e dos pais), rendimentos que permitem viver confortavelmente, maior frequência de participação em serviços religiosos e níveis superiores de eficácia política coletiva e externa. O rendimento do agregado familiar, a eficácia política externa e, ainda, o grau de escolaridade dos pais dos participantes destacam-se como as variáveis com um papel mais relevante na explicação dos níveis de atitudes populistas.

– Por outro lado, a comparação deste estudo com os estudos de 2007 e 2015 permitiu perceber que é em 2020 que se verificam os níveis mais elevados de interesse pela política. Já no que concerne às atividades ligadas à informação sobre política, a utilização de redes sociais destacou-se em 2020, contrariando o foco no uso da televisão nos estudos anteriores. É, também, em 2020 que se verifica uma participação mais ativa em diferentes grupos ou associações e, ainda, em vários comportamentos essencialmente associados à participação política cívica (dos quais se destacam os reportados como sendo os mais realizados durante o último ano: "Assinar uma petição"; "Boicotar ou comprar certos produtos por razões políticas ou para favorecer o meio-ambiente"; e "Dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social, cívica ou política"). Por último, no que respeita ao autoposicionamento no espectro político esquerda-direita, não se observaram diferenças entre os três estudos, existindo um posicionamento maioritariamente ao centro.

1. Introdução

O presente estudo foi promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian, em colaboração com as universidades de Aveiro, Lisboa, Minho e Porto, e teve como principal objetivo explorar a participação política dos jovens em Portugal.

Numa primeira abordagem, focámo-nos na análise dos dados do inquérito realizado em 2020 sobre a situação económica e pandémica atual, sobre a eficácia política e atitudes populistas, bem com sobre atitudes e envolvimento social, cívico e político dos portugueses. Começamos por apresentar os resultados globais para, posteriormente, privilegiarmos uma análise segmentada por grupo etário, na tentativa de identificar elementos distintivos entre a participação política dos jovens dos 15 aos 24 anos com a dos seus concidadãos mais velhos.

Pretendia-se, também, obter uma perspetiva evolutiva das diferentes formas de participação política, da avaliação do funcionamento da democracia, do interesse pela política, dos hábitos relativamente às fontes e pesquisa de informação sobre política, da pertença a grupos/associações, bem como do posicionamento ideológico dos portugueses. Neste sentido, foi enfatizada a evolução da participação política dos jovens dos 15 aos 24 anos, tendo por base os estudos de 2007 e 2015.

Para compreendermos melhor o fenómeno de participação política nas suas várias vertentes, explorámos diferentes preditores, enfatizando o grupo de participantes jovens dos 15 aos 24 anos.

Por último, numa análise mais centrada nas atitudes populistas, procurámos testar os efeitos do grupo etário, bem como identificar as variáveis que explicassem a adoção de atitudes mais ou menos populistas.

2. A participação política dos jovens portugueses em 2020

Descreveremos nesta secção os aspetos metodológicos do estudo realizado em 2020 e apresentaremos os seus resultados de forma a permitir a inferência dos mesmos para a população geral e para os diferentes grupos etários considerados.

2.1. Dados e métodos

O trabalho de campo foi realizado pelo CESOP entre o dia 28 de setembro e o dia 11 de dezembro de 2020. As entrevistas foram realizadas por telefone, respeitando uma distribuição por quotas cruzadas de sexo, grupo etário e região (NUT II). A duração média de aplicação foi de, aproximadamente, 26 minutos.

Considerando o foco deste estudo nos jovens, foi efetuada uma sobreamostragem no grupo etário dos 15 aos 34 anos. Salienta-se que, para os resultados globais, uma vez que se pretende uma amostra representativa da população portuguesa, foi utilizado um ponderador para repor a proporcionalidade na amostra deste grupo etário.

Os participantes foram informados de alguns princípios éticos, nomeadamente a participação voluntária, a possibilidade de desistirem a qualquer momento e a confidencialidade e anonimato dos dados. Posteriormente, foram apresentados os diferentes itens constituintes do inquérito, de forma a perceber as atitudes e o envolvimento social, cívico e político dos portugueses.

A amostra do estudo é constituída por 1464 participantes (750 mulheres e 714 homens), com uma média de idades de 45,3 anos (DP = 18,6). Considerando os objetivos do estudo, os participantes foram, posteriormente, divididos em quatro grupos etários: 15-24 anos (n = 245), 25-34 anos (n = 312), 35-64 anos (n = 622) e 65 ou mais anos (n = 285).

Na Tabela 1, encontram-se os principais dados relativos à caracterização da amostra, sem aplicação de ponderador. No que diz respeito ao grau de ensino, 27% dos participantes têm uma escolaridade inferior ao 3.º ciclo do ensino básico, 20% completaram o 3.º ciclo do ensino básico, 28% terminaram o ensino secundário e 25% concluíram o ensino superior.

Da amostra, fizeram parte 1411 cidadãos portugueses e 52 cidadãos não-portugueses, sendo que 16% residiam numa zona rural ou aldeia, 19% numa vila pequena ou média, 14% nos subúrbios de uma grande vila ou cidade e 52% numa grande vila ou cidade.

No que concerne à situação conjugal, 34% dos participantes eram solteiros, 46% casados, 10% encontravam-se em união de facto, 6% estavam separados ou divorciados e 4% eram viúvos. Para além disso, 63% tinham filhos.

Relativamente ao grau de escolaridade mais elevado atingido pelos pais ou encarregados de educação dos participantes, 9% dos participantes relataram que estes não apresentavam nenhum grau de escolaridade, 38% indicaram o grau equivalente ao 1.º ciclo, 11% ao 2.º ciclo, 10% ao 3.º ciclo, 18% referiram o grau de secundário e 14% referiram que os seus pais ou encarregados de educação tinham completado um curso superior.

Sem contar com ocasiões especiais, como casamentos e funerais, a maioria dos participantes nunca participou em serviços religiosos.

| | n | % |
|---|------|-----|
| Sexo | 714 | 49% |
| Masculino | 750 | 51% |
| Feminino | | |
| Grupo etário | | |
| 15-24 anos | 245 | 17% |
| 25-34 anos | 312 | 21% |
| 35-64 anos | 622 | 43% |
| 65 ou mais anos | 285 | 20% |
| Eleitor no concelho | | |
| Sim | 1353 | 92% |
| Não | 111 | 8% |
| Escalão de escolaridade | | |
| < 3.° ciclo do ensino básico | 401 | 27% |
| 3.° ciclo do ensino básico | 291 | 20% |
| Secundário | 409 | 28% |
| Curso superior | 363 | 25% |
| É cidadão português? | | |
| Sim | 1411 | 96% |
| Não | 52 | 4% |
| Local de residência | | |
| Zona rural ou aldeia | 228 | 16% |
| Vila pequena ou média | 274 | 19% |
| Subúrbios de grande vila ou cidade | 197 | 14% |
| Grande vila ou cidade | 765 | 52% |
| Situação conjugal | | |
| Solteiro/a | 501 | 34% |
| Casado/a | 663 | 46% |
| União de facto | 141 | 10% |
| Separado/a divorciado/a | 94 | 6% |
| Viúvo/a | 59 | 4% |
| Tem filhos | | |
| Sim | 915 | 63% |
| Não | 544 | 37% |
| Escolaridade dos pais ou encarregados de educação | | |
| Nenhum | 130 | 9% |
| 1.° ciclo do ensino básico | 533 | 38% |
| 2.° ciclo do ensino básico | 152 | 11% |
| 3.° ciclo do ensino básico | 134 | 10% |
| Secundário | 254 | 18% |
| Curso superior | 193 | 14% |

| Frequência com que participa em serviços religiosos | | |
|---|-----|------|
| Todos os dias | 16 | 1% |
| Mais de uma vez por semana | 35 | 2% |
| Uma vez por semana | 205 | 14% |
| Pelo menos uma vez por mês | 172 | 12% |
| Apenas em dias-santos | 48 | 3% |
| Menos vezes ainda | 245 | 17% |
| Nunca | 738 | 51% |
| Situação laboral | 700 | 3170 |
| Estudante | 157 | 11% |
| Trabalhador | 757 | 52% |
| Estudante-trabalhador | 26 | 2% |
| A frequentar um curso de formação profissional | 3 | 0.2% |
| Desempregado/a à procura do primeiro emprego | 12 | 1% |
| Desempregado/a à procura de novo emprego | 93 | 6% |
| Incapacitado/a para o trabalho | 10 | 1% |
| Responsável por tarefas domésticas | 28 | 2% |
| Desocupado/a | 6 | 0.4% |
| Reformado/a | 328 | 23% |
| | 320 | 2% |
| Outra situação | 32 | 2% |
| Situação na profissão | 0/ | 20/ |
| Patrão/oa | 26 | 3% |
| Trabalhador/a por conta própria | 129 | 15% |
| Trabalhador/a por conta própria, por recibos verdes | 27 | 3% |
| Trabalhador/a por conta de outrem | 654 | 74% |
| Trabalhador/a familiar não-remunerado | 18 | 2% |
| Outra situação | 28 | 3% |
| Tipo de vínculo/contrato | | |
| Contrato sem termo | 476 | 68% |
| Contrato de trabalho com termo | 147 | 21% |
| Contrato de prestação de serviços | 12 | 2% |
| Contrato de bolsa/estágio | 12 | 2% |
| Sem vínculo | 33 | 5% |
| Outra situação | 17 | 2% |
| Descrições acerca do rendimento do agregado familiar | | |
| Permite viver confortavelmente | 281 | 19% |
| Dá para viver razoavelmente | 768 | 53% |
| É difícil viver com o rendimento atual | 286 | 20% |
| É muito difícil viver com o rendimento atual | 116 | 8% |
| Rendimento do agregado familiar em comparação com o rendimento antes da pandemia | | |
| Diminuiu muito | 218 | 15% |
| Diminuiu um pouco | 395 | 27% |
| Manteve-se na mesma | 784 | 54% |
| Aumentou um pouco | 47 | 3% |
| Aumentou muito | 7 | 1% |

Tabela 1. Caracterização da Amostra

Nota: as diferenças para os 1464 participantes correspondem aos que não sabem ou não respondem.

No que diz respeito à situação laboral, 11% dos participantes eram estudante, 52% encontravam-se a trabalhar, 2% eram estudante-trabalhador, 0,2% frequentavam um curso de formação profissional, 1% estavam desempregados e à procura do primeiro emprego, 6% estavam desempregados e à procura de um novo emprego, 1% estavam incapacitados para o trabalho, 2% eram responsáveis por tarefas domésticas, 0,4% estavam desocupados (inativos que não trabalham, não procuram emprego, não estudam e não estão em formação), 23% eram reformados e 2% encontravam-se noutra

situação. Por outro lado, 3% dos participantes eram patrões na sua profissão, 15% eram trabalhadores por conta própria, 3% eram trabalhadores por conta própria por recibos verdes, 74% eram trabalhadores por conta de outrem, 2% indicou serem trabalhadores familiares não remunerado e 3% encontravam-se noutra situação. É de referir que apenas 60% da amostra respondeu a este item, existindo 582 casos omissos.

Para além disso, 68% dos participantes tinha um contrato sem termo (efetivo), 21% apresentavam um contrato de trabalho com termo, 2% tinham um contrato de prestação de serviços, 2% apresentavam um contrato de bolsa ou estágio, 5% não tinham qualquer vínculo/contrato e 2% encontravam-se noutra situação.

Quando questionados relativamente ao rendimento do agregado familiar, 19% dos participantes referiram que o mesmo lhes permite viver confortavelmente, 53% indicaram que o rendimento dá para viver razoavelmente, 20% sentem que é difícil viver com o seu rendimento atual e 8% responderam que é muito difícil viver com o rendimento atual. Adicionalmente, 15% indicaram que o seu rendimento diminuiu muito em comparação com o que se passava antes da pandemia, 27% referiram que diminuiu um pouco, 54% mantiveram o rendimento igual, 3% tiveram um aumento no rendimento e 1% aumentaram muito o rendimento.

2.2. O questionário

O questionário utilizado no estudo de 2020 cobria diferentes dimensões relevantes para os objetivos do estudo. Foram recolhidos dados sociodemográficos e dados relevantes para caracterização dos participantes relativamente à sua perceção de eficácia política, às suas atitudes e comportamentos políticos, às suas atitudes populistas e à sua participação política. Foram, ainda, recolhidas informações relativas à avaliação do estado atual de Portugal e às preocupações dos participantes relativamente à pandemia.

São, de seguida, descritas com maior detalhe algumas das seções que compõem o questionário para uma melhor perceção das variáveis avaliadas. No caso das escalas de eficácia política, atitudes populistas e participação política, são apresentados os itens que as compõem, bem como os valores de consistência interna. Poderá ser consultada informação mais detalhada sobre a avaliação das qualidades psicométricas das escalas no Apêndice deste relatório.

Por forma a facilitar a interpretação dos resultados, em alguns casos as escalas de *Likert* foram transformadas para pontuações de o a 100, segundo a fórmula matemática (1).

$$\frac{max_{new} - min_{new}}{max_{old} - min_{old}} \times (v - max_{old}) + max_{new}$$
 (1)

2.2.1. Dados sociodemográficos

Os participantes responderam a um conjunto de questões que permitiram recolher dados relativamente ao seu sexo, grupo etário, ser ou não eleitor no concelho, escalão de escolaridade, ser ou não cidadão português, local de residência, situação conjugal, filhos, escolaridade dos pais, religião e situação profissional.

2.2.2. Eficácia política

A eficácia política descreve a perceção de um indivíduo da sua capacidade de desempenhar um papel na mudança política (Campbell *et al.*, 1954), podendo ser dividida em eficácia política interna e externa (Sarieva, 2018). A eficácia política interna consiste na avaliação das próprias capacidades em influenciar processos políticos (autoeficácia política) ou das capacidades de um grupo exercer esta influência (eficácia política coletiva). Por outro lado, a eficácia política externa encontra-se associada à perceção do quão responsivo o sistema político aparenta ser, ao ouvir e, consequentemente, reagir às exigências dos cidadãos (Sarieva, 2018).

Neste sentido, a eficácia política foi avaliada recorrendo à Escala de Eficácia Política (adaptada de Sarieva, 2018). Este instrumento é constituído por nove itens, respondidos numa escala de *Likert* de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente), que avaliam o grau de concordância com diferentes afirmações relacionadas com a autoeficácia política, a eficácia política coletiva e a eficácia política externa (Tabela 2).

| Dimensões | ltens | Consistência interna |
|----------------------------------|---|-------------------------------|
| | 1. Eu sou capaz de influenciar a aprovação de novas leis e decisões políticas. | |
| Autoeficácia política | Eu sou capaz de contribuir para a eleição de um líder político com opiniões semelhantes às minhas. | $\alpha = .49$ $\omega = .51$ |
| | 3. Eu sou capaz de exigir que as leis e decisões políticas atuais sejam cumpridas. | |
| | Em conjunto, os portugueses são capazes de influenciar a aprovação de novas leis e decisões políticas. | |
| Eficácia política coletiva | Em conjunto, os portugueses são capazes de contribuir para a eleição de um líder político com opiniões semelhantes às suas. | $\alpha = .62$ $\omega = .63$ |
| | Em conjunto, os portugueses são capazes de exigir que as leis e decisões políticas atuais sejam cumpridas. | |
| | 7. Os responsáveis políticos estão dispostos a dar informações sobre como são tomadas as decisões políticas. | |
| Eficácia política externa | Os responsáveis políticos estão interessados em garantir direitos iguais para todos os partidos e grupos políticos. | $\alpha = .65$ $\omega = .66$ |
| | Os responsáveis políticos estão interessados em concretizar as legítimas exigências dos cidadãos. | |

Tabela 2. Dimensões, itens e consistência interna da Escala de Eficácia Política

2.2.3. Atitudes populistas

O populismo tem sido definido como uma atitude face à política (Castanho Silva *et al.*, 2016), segundo a qual a sociedade se encontra dividida em dois grupos distintos e antagónicos, nomeadamente o grupo considerado das "boas pessoas" (*i.e.*, pessoas comuns) e, por outro lado, o grupo das "elites corruptas" (Mudde, 2004). Subjacente a esta ideologia, encontra-se a crença de que o povo deve ter um papel crucial nas decisões políticas e, ainda, de que os políticos não são capazes de representar adequadamente os seus cidadãos (Castanho Silva *et al.*, 2016).

O estudo de Silva *et al.* (2019), que compara sete escalas de avaliação da atitude populista, concluiu que a Escala de Atitudes Populistas criada por Akkerman *et al.* (2014) apresenta um bom ajuste ao modelo da análise fatorial confirmatória e um elevado peso do fator, demonstrando, assim, uma boa coerência interna. Para além disso, demonstrou uma validade externa elevada. Por este motivo, destaca-se como uma escolha adequada para avaliar as atitudes populistas.

O conceito de atitudes populistas foi medido através da Escala de Atitudes Populistas, que consiste num instrumento constituído por seis itens respondidos numa escala de *Likert* de 1 (*discordo totalmente*) a 5 (*concordo totalmente*) (Akkerman et al., 2014) (Tabela 3).

| Itens | Consistência interna |
|--|----------------------|
| 1. Os políticos no Parlamento deviam seguir a vontade do povo. | |
| 2. As pessoas, e não os políticos, é que deviam tomar as decisões políticas mais importantes. | $\alpha = .69$ |
| 3. As diferenças políticas entre a elite e o povo são maiores do que as diferenças entre o povo. | |
| 4. Prefiro ser representado por um cidadão a sê-lo por um político profissional. | $\omega = .69$ |
| 5. Os políticos eleitos falam muito, mas fazem pouco. | |
| 6. O que as pessoas designam de fazer cedências na política é, na realidade, apenas vender os seus princípios. | |

Tabela 3. Itens e consistência interna da Escala de Atitudes Populistas

2.2.4. Participação política

A participação política foi medida com recurso a uma escala construída para o efeito, que era constituída por 13 itens respondidos numa escala de *Likert* de 4 pontos (1 = não o fez e nunca o faria; 2 = não o fez, mas poderia tê-lo feito; 3 = fê-lo num passado mais distante; 4 = fê-lo durante o último ano). Para a análise fatorial exploratória (AFE) da Escala de Participação Política, foi excluído o item 13. Votar nas eleições, pois não era aplicável a toda a amostra, principalmente aos mais jovens. Foi realizada uma primeira AFE com os 12 itens, excetuando os itens 8. "Participar numa manifestação relacionada com questões sociais, cívicas ou políticas" e 11. "Escrever ou grafitar mensagens políticas em paredes", todos os itens apresentaram pesos fatoriais superiores a .30.

Foi realizada de seguida uma segunda AFE com os restantes 10 itens. A medida de Kaiser-Meyer-Oklin da adequação da amostragem (KMO = .828) demonstrou que os itens da Escala de Participação Política apresentam uma variância comum adequada

à análise fatorial, sendo que a significância do teste de Bartlett, $\chi^2_{(45)} = 2451$, p < .001, indica que existem correlações significativas entre as variáveis em análise. Com base nos resultados destas medidas, pode-se afirmar que a análise fatorial é adequada. Os índices de qualidade do ajustamento do modelo demonstraram um bom ajustamento: $\chi^2_{(11)} = 41.2$, p = .020, $\chi^2/df = 1.33$, TLI = .994 e RMSEA = .015, 90% CI [.000, .034].

Desta análise resultaram quatro fatores que, considerando cada um dos itens que os compõem, foram nomeados de Participação Cívica (F1), Participação Convencional Coletiva (F2), Participação Online (F3) e Participação Convencional Individual (F4; ver Tabela 4).

| ltens | F1 | F2 | F3 | F4 | Comunalidades | Consistência interna |
|---|-------|-------|-------|-------|---------------|----------------------|
| 5. Dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social, cívica ou política | 0.567 | | | | 0.680 | |
| 9. Fazer voluntariado | 0.521 | | | | 0.714 | α = .60 |
| Boicotar ou comprar certos produtos por razões políticas ou para favorecer o meio- ambiente | 0.512 | | | | 0.729 | ω = .60 |
| 1. Assinar uma petição | 0.378 | | | | 0.748 | |
| 3. Participar num comício de um partido ou de um candidato | | 0.659 | | | 0.542 | α = .61 |
| 10. Distribuir panfletos com conteúdo político | | 0.630 | | | 0.559 | ω = .62 |
| 7. Participar num fórum ou grupo de discussão política na internet | | | 0.657 | | 0.519 | α = .60 |
| Publicar, comentar ou partilhar conteúdos sobre questões políticas ou sociais em websites ou redes sociais | | | 0.541 | | 0.490 | ω = .63 |
| Expressar as suas opiniões junto dos meios de comunicação (por carta, caixas de comentários on-line, email, etc.) | | | | 0.574 | 0.558 | α = .55 |
| Contatar, ou tentar contatar, um político ou outro responsável público para expressar as suas opiniões | | | | 0.488 | 0.589 | ω = .55 |

Tabela 4. Análise Fatorial Exploratória da Escala de Participação Política

Legenda: F1 = Participação Cívica; F2 = Participação Convencional Coletiva; F3 = Participação Online; F4 = Participação Convencional Individual

Para os itens 8. "Participar numa manifestação relacionada com questões sociais, cívicas ou políticas" e 11. "Escrever ou grafitar mensagens políticas em paredes", optou-se por criar novas variáveis, nas quais se realizou uma computação para que estas fossem pontuadas com o valor o (contendo as respostas de 1 e 2 da escala de *Likert* anterior) e 100 (contendo as respostas de 3 e 4 da escala de *Likert* anterior), devido à distribuição assimétrica das respostas dos participantes.

Especificamente para o item 13."Votar nas eleições", apenas foram contabilizados os dados relativos aos participantes com 19 ou mais anos, atendendo à idade legal para exercer o direito de voto. Foi, igualmente, considerado como uma variável única,

transformada de forma a ser cotada de o a 100, segundo a fórmula matemática, anteriormente apresentada (1).

2.2.5. Atitudes e comportamentos políticos

As atitudes e comportamentos políticos foram avaliados atendendo a um conjunto de itens que englobaram diferentes domínios. O primeiro dizia respeito à perceção do funcionamento da democracia em Portugal, sendo medido numa escala de o (*muito mal*) a 10 (*muito bem*). A segunda dimensão refletia o interesse pela política e era respondida numa escala de *Likert* de 4 pontos (1 = *muito*; 2 = *bastante*; 3 = *pouco*; 4 = *nada*), que foi posteriormente invertida.

Esta escala incluía, também, uma dimensão relativa à prática de atividades relacionadas com informação política, nomeadamente ler notícias num jornal (em papel ou *online*), ver notícias na televisão, ouvir notícias na rádio e utilizar as redes sociais para obter informação política. Inicialmente, esta dimensão foi medida numa escala de *Likert* de 5 pontos (1 = todos os dias; 2 = 3 a 4 dias por semana; 3 = 1 a 2 dias por semana; 4 = menos de uma vez por semana; 5 = nunca), que foi invertida e computada numa nova variável pontuada de o a 100, segundo a fórmula matemática (1).

A quarta dimensão abordava a pertença a grupos ou associações, nomeadamente a um partido político, a um sindicato, a uma associação ou ordem profissional, a uma paróquia ou outro tipo de associação religiosa, a um grupo desportivo, a um grupo cultural ou de lazer, a uma organização de apoio social ou de direitos humanos, a uma associação juvenil ou estudantil e a movimentos sociais (pró-vida, ambientalistas, feministas, etc.). A escala de *Likert* utilizada englobava quatro opções de resposta (1 = pertence e participa ativamente; 2 = pertence, mas não participa ativamente; 3 = já pertenceu, mas deixou de pertencer; 4 = nunca pertenceu), sendo depois invertida e computada numa nova variável de o a 100 pontos, de acordo com a fórmula matemática anteriormente apresentada (1).

A última dimensão centrava-se no grau de concordância com três afirmações ligadas a opiniões sobre líderes partidários e partidos políticos, sendo cotadas numa escala de *Likert* de 1 (*discordo totalmente*) a 5 (*concordo totalmente*).

3. Resultados

Apresentamos de seguida os principais resultados relativos ao estudo realizado em 2020. Estes resultados foram ponderados por sexo, grupo etário, escolaridade, região NUT II e dimensão do habitat, obtendo, assim, uma proporção na amostra similar ao observado na população.

3.1. Avaliação da situação atual

Na Figura 1, é possível observar os dados relativos à avaliação do estado atual da situação financeira do próprio agregado familiar, da economia portuguesa e da saúde em Portugal. Verificou-se que 22% da amostra referiram que a situação financeira do seu agregado familiar era muito má ou má, 54% responderam que não era boa nem má, 25% consideraram a sua situação financeira boa ou muito boa (M = 2.98, DP = 0.83).

No que diz respeito ao estado da economia portuguesa, 73% consideram-no muito mau ou mau, 23% nem bom nem mau, 4% bom ou muito bom (M = 2.02, DP = 0.84). O estado da saúde em Portugal foi considerado muito mau ou mau por 58% da amostra, nem bom nem mau por 27%, bom ou muito bom por 15% (M = 2.31, DP = 1.05; Figura 1).

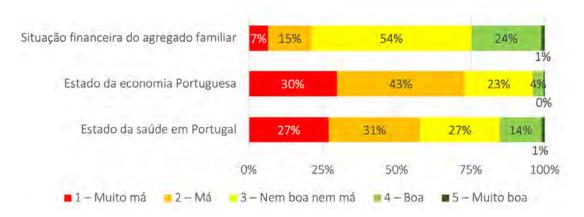


Figura 1. Avaliação da situação atual (agregado familiar, economia portuguesa e estado de saúde em Portugal)

3.2. Preocupações resultantes da situação de pandemia

Atendendo à situação atual de pandemia (Figura 2), os participantes revelaram estar preocupados com a sua saúde ou com a saúde de pessoas próximas (90%; M = 4.57, DP = 0.82) e preocupados com as alterações ao nível do trabalho e do rendimento (78%; M = 4.15, DP = 1.16), com o equilíbrio entre a vida familiar e a profissional (69%; M = 3.95, DP = 1.20) e com a manutenção de relações sociais (70%; M = 3.98, DP = 1.13). Verifica-se, assim, que as maiores preocupações se centraram na própria saúde ou na saúde de pessoas próximas, sendo que cerca de nove em dez participantes revelam esta preocupação. Por outro lado, aproximadamente oito em dez dos inquiridos sentem preocupação com as alterações ao nível do trabalho e do rendimento e sete em dez experiencia preocupações com o equilíbrio entre a vida familiar e profissional e com a manutenção de relações sociais.

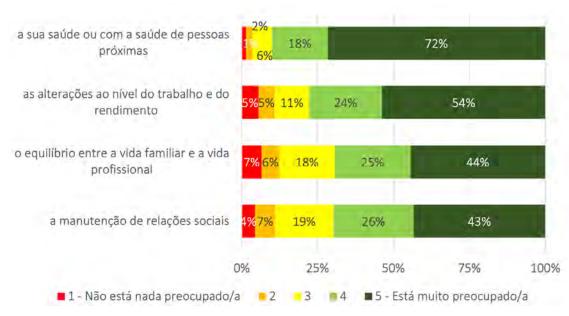


Figura 2. Preocupação atendendo à situação atual de pandemia

3.3. Emoções relativamente à situação atual do país

No que concerne às emoções experienciadas quando pensam na situação atual de Portugal (Figura 3), 35% nunca sentem raiva e 11% sentem-na muito frequentemente (M=2.37, DP=1.34); 15% nunca sentem medo e 21% sentem muito frequentemente (M=3.22, DP=1.33); 10% nunca sentem esperança e 23% sentem muito frequentemente (M=3.34, DP=1.27); e 22% nunca sentem entusiasmo, sendo que 7% sentem muito frequentemente (M=2.47, DP=1.14). Deste modo, as emoções descritas como sendo muito frequentemente experienciadas são a esperança e o medo, seguidas da raiva e, por último, do entusiasmo. A esperança destaca-se, assim, como a emoção mais sentida pelos inquiridos relativamente à situação atual de Portugal.

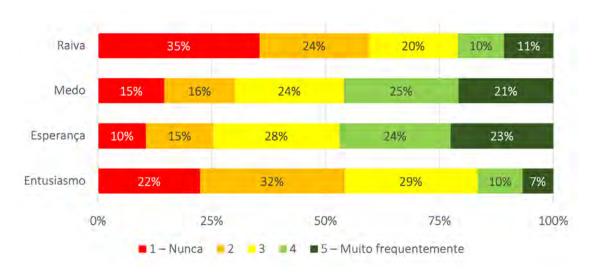


Figura 3. Emoções perante a situação atual de Portugal

3.4. Atitudes e comportamentos políticos

O funcionamento da democracia é avaliado, em média, como nem bom nem mau (M=5.15, DP=2.22; muito próximo do ponto médio da escala: valor 5). Porém, verifica-se que 29% das respostas se encontram na parte negativa da escala, 28% no ponto médio e 43% na parte positiva (Figura 4).

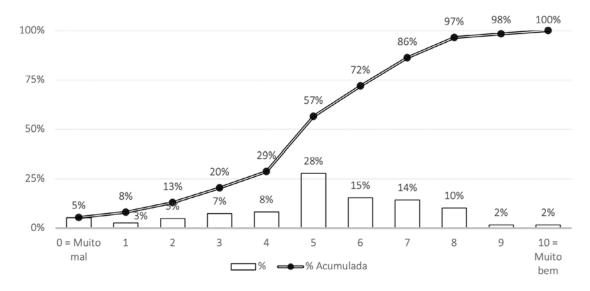


Figura 4. Funcionamento da democracia em Portugal

A maioria dos participantes não sente ou sente pouco interesse pela política (55%) e apenas 16% revelaram sentir muito interesse pela política (Figura 5).

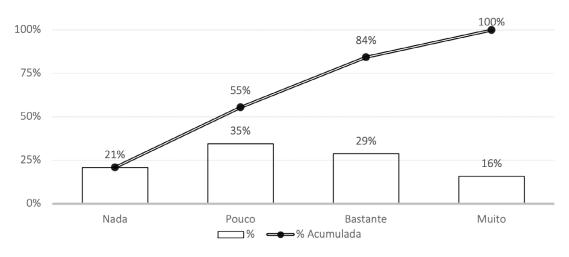


Figura 5. Interesse pela política

Por outro lado, no que diz respeito às atividades relacionadas com informações sobre política (Figura 6), cerca de dois em cada três participantes veem notícias na televisão todos os dias. Em contrapartida, o recurso a outras fontes de informação demonstrou

ser menos frequente, sendo que, aproximadamente, apenas um em cada quatro dos inquiridos lê notícias sobre política no jornal (em papel ou *online*), ouve notícias sobre política na rádio e utiliza redes sociais para obter informação política todos os dias. A fonte de informação à qual menos se recorre são as redes sociais, sendo que quase metade dos participantes referiu nunca as utilizar para aceder a informação política.

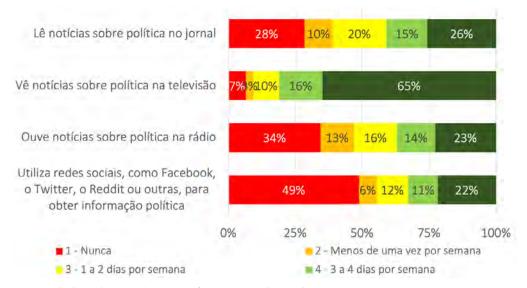


Figura 6. Atividades relacionadas com Informações sobre política

No que diz respeito aos grupos ou associações a que se pertence, constatou-se que a maioria dos participantes nunca pertenceu a nenhum dos indicados (Figura 7).

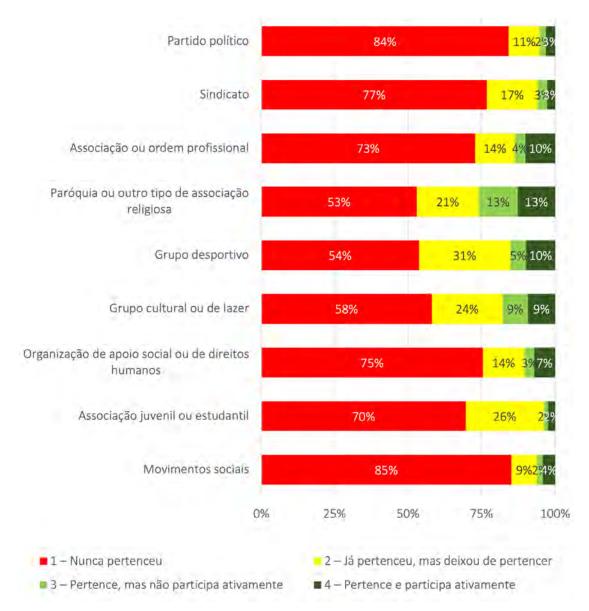


Figura 7. Pertença e participação em grupos ou associações

A análise permitiu observar que o valor mais baixo de pertença a um grupo ou associação se refere a partidos políticos e a movimentos sociais, sendo que cerca de cinco em cada seis participantes nunca pertenceram a estes grupos. O valor mais alto observado refere-se ao item relativo à paróquia ou a outro tipo de associação religiosa em que, aproximadamente, um em cada quatro dos inquiridos refere participar num grupo desta natureza.

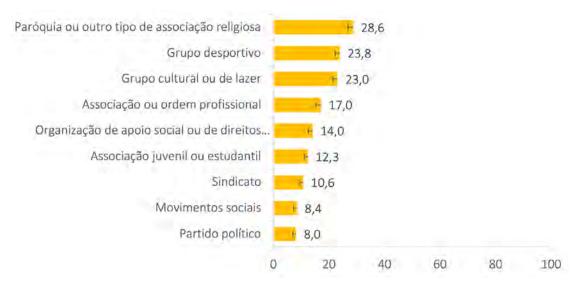


Figura 8. Pertença e participação em grupos ou associações (médias e intervalos de confiança a 95%)

Relativamente à opinião acerca dos partidos políticos e líderes partidários (Figura 9), os participantes tendem a concordar com a afirmação sobre os líderes escutarem os militantes dos partidos (30% discordam, 31% não concordam nem discordam e 39% concordam; M = 3.06, DP = 0.92). Quanto à opinião de que os partidos apenas servem para dividir as pessoas, verificou-se que o número de participantes que discordam desta afirmação é semelhante aos que concordam com a mesma (43% discordam, 15% não concordam nem discordam e 42% concordam; M = 3.01, DP = 1.12). Por outro lado, os participantes tendem a concordar com a afirmação de que os partidos políticos são necessários em qualquer democracia (5% discordam, 5% não concordam nem discordam e 89% concordam; M = 4.04, DP = 0.73).



Figura 9. Opiniões acerca de partidos políticos e líderes partidários

3.5. Envolvimento social, cívico e político

As cinco formas de participação mais frequentes (Figura 10), realizadas quer num passado distante, quer no último ano, foram *Votar nas eleições* (93%, item 13), *Assinar uma petição* (62%, item 1), *Fazer voluntariado* (47%, item 9), *Dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social, cívica ou política* (44%, item 5) e *Boicotar ou comprar certos produtos por razões políticas ou para favorecer o meio-ambiente* (35%, item 2).

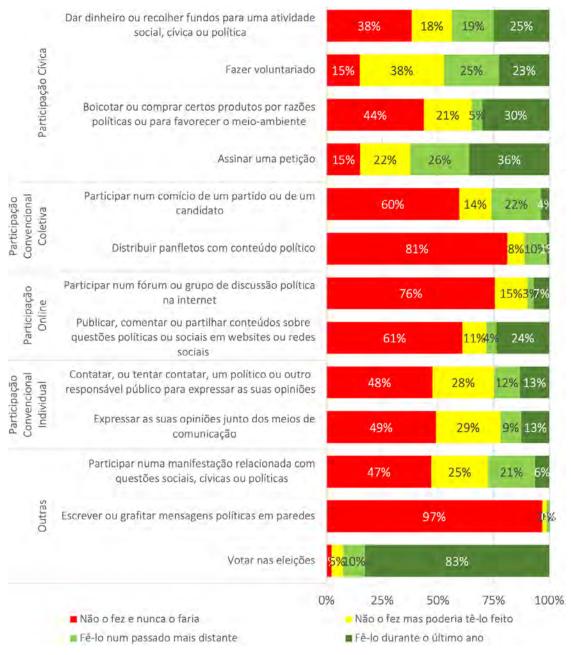


Figura 10. Envolvimento social, cívico e político

4. Análise por grupo etário

4.1. Eficácia política

As diferenças nas três dimensões da eficácia política (autoeficácia, coletiva e externa) foram analisadas por grupo etário (15-24 anos, 25-34 anos, 35-64 anos e 65 ou mais anos; Figura 11). Verificaram-se diferenças estatisticamente significativas na autoeficácia política, $F(3, 662) = 3.51, p = .015, \omega^2 = .01$. Participantes do grupo etário dos 15 aos 24 anos demonstraram pontuações médias superiores (M = 56.7, DP = 16.3) à dos participantes dos 35 aos 64 anos (M = 53.0, DP = 17.6; p = .020), o que indica que o grupo etário mais jovem apresenta significativamente uma maior perceção da própria capacidade em influenciar processos políticos, quando comparado com o grupo dos 35 aos 64 anos.

Para além disso, constatou-se a existência de diferenças estatisticamente significativas na eficácia política interna coletiva, $F(3,684)=13.7,\,p<.001,\,\omega^2=.02,\,$ sendo que os participantes com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos obtiveram pontuações significativamente superiores ($M=67.3,\,DP=14.3$), quando comparados com os participantes com idades entre os 25 e os 34 anos ($M=63.5,\,DP=15.3;\,p=.015$), com os participantes entre os 35 e os 64 anos ($M=59.7,\,DP=18.7;\,p<.001$) e com os participantes com 65 ou mais anos ($M=63.3,\,DP=16.1;\,p=.014$). Por outro lado, participantes com idades entre os 25 e os 34 anos apresentaram pontuações médias superiores aos com idades entre os 35 e os 64 anos (p=.006). Por último, o grupo etário dos 35 aos 64 anos obteve pontuações inferiores ao grupo dos 65 ou mais anos (p=.018). Neste sentido, os sujeitos dos grupos etários mais jovens (15-24 anos e 25-34 anos) percecionam mais frequentemente a existência da capacidade de um grupo/coletivo influenciar os processos políticos. Contudo, é de destacar que esta perceção é inferior nos sujeitos do grupo dos 35 aos 64 anos, em relação ao grupo dos 65 ou mais anos.

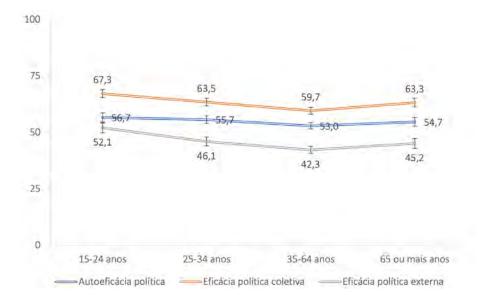


Figura 11. Médias e intervalos de confiança a 95% da autoeficácia política, eficácia política coletiva e eficácia política externa por grupo etário

Observaram-se, ainda, diferenças estatisticamente significativas na eficácia política externa, F(3, 1447) = 16.26, p < .001, $\eta^2 = .03$, com o grupo dos 15 aos 24 anos a demonstrar uma média de pontuação significativamente mais elevada (M = 52.1, DP = 17.4), comparativamente com o grupo dos 25 aos 34 anos (M = 46.1, DP = 17.3; p < .001), dos 35 aos 64 anos (M = 42.3, DP = 19.4; p < .001), e com o grupo de 65 ou mais anos (M = 45.2, DP = 19.1; p < .001). O grupo dos 25 aos 34 anos obteve pontuações significativamente superiores ao grupo dos 35 aos 64 anos (p = .021). Assim, o grupo dos 15 aos 24 anos apresentou uma maior perceção de responsividade por parte do sistema político face às exigências dos cidadãos.

Em suma, foi possível observar que o grupo etário dos 15 aos 24 anos demonstrou maiores níveis de autoeficácia política, eficácia política coletiva e eficácia política externa, o que indica que este grupo tem uma perceção mais elevada da capacidade de exercer um papel importante nas mudanças políticas — de forma individual ou com base num esforço coletivo — e, ainda, na disponibilidade do sistema político em ouvir as opiniões e as exigências dos cidadãos e, em consequência, de agir em resposta às mesmas. No entanto, é importante salientar que a magnitude do efeito do grupo etário nas dimensões da eficácia política é considerada baixa¹.

4.2. Atitudes populistas

A análise de variância demonstrou um efeito do grupo etário na atitude populista, $F(3, 1432) = 2.91, p = .03, \eta^2 = .01$. Participantes com idades entre os 15 e os 24 anos demonstraram pontuações significativamente inferiores (M = 64.0, DP = 18.5) relativamente aos participantes com idades entre os 35 e os 64 (M = 67.8, DP = 18.2; Figura 12). Neste sentido, apesar da concordância da população geral com atitudes populistas, denota-se uma menor partilha destas atitudes entre os mais jovens, particularmente no grupo com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos. Salvaguarda-se, no entanto, que as diferenças encontradas são de baixa magnitude, na medida em que apenas cerca de 1% da variabilidade dos resultados nas atitudes populistas pode ser explicada pelo grupo etário.

 $^{^{\}mbox{\tiny 1}}$ Os pontos de corte para os coeficientes ω^2 e η^2 foram: .01 (baixa), .06 (média) e .14 (elevada; Cohen, 1988).

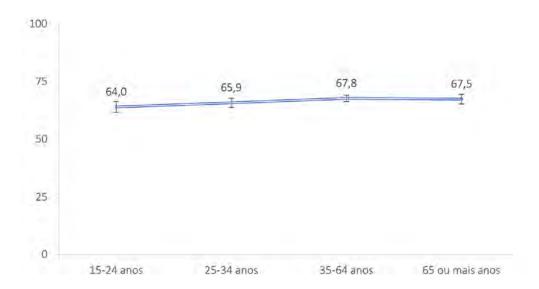


Figura 12. Médias e intervalos de confiança a 95% das atitudes populistas por grupo etário

4.3. Envolvimento social, cívico e político

Relativamente ao efeito do grupo etário na participação política, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas ao nível da **participação convencional coletiva** (F2; que agrupa os itens *Participar num comício de um partido ou de um candidato* e *Distribuir panfletos com conteúdo político*), F(3, 653) = 4.17, p = .006, $\omega^2 = .01$, participação **política convencional individual** (F4; que agrupa os itens *Expressar as suas opiniões junto dos meios de comunicação* e *Contatar ou tentar contatar um político ou outro responsável público para expressar as suas opiniões*), F(3, 1442) = 4.92, p = .002, $\eta^2 = .01$, **participação cívica** (F1, que agrupa os itens *Dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social, cívica ou política, Fazer voluntariado, Boicotar ou comprar certos produtos por razões políticas ou para favorecer o meio-ambiente e Assinar uma petição*), F(3, 1447) = 16.23, p < .001, $\eta^2 = .03$, e **participação online** (F3, que agrupa os itens *Participar num fórum ou grupo de discussão política na internet e Publicar, comentar ou partilhar conteúdos sobre questões políticas ou sociais em websites ou redes sociais), F(3, 655) = 30.62, p < .001, \omega^2 = .05 (Figura 13).*

Foi possível constatar que participantes pertencentes ao grupo etário dos 65 ou mais anos apresentavam pontuações médias significativamente inferiores de participação cívica (M = 42.1, DP = 25.0), comparativamente com sujeitos entre os 15 e os 24 anos (M = 53.6, DP = 27.2; p < .001), 25 e 34 anos (M = 55.8, DP = 24.7; p < .001) e 35 e 64 anos (M = 51.4, DP = 24.6; p < .001).

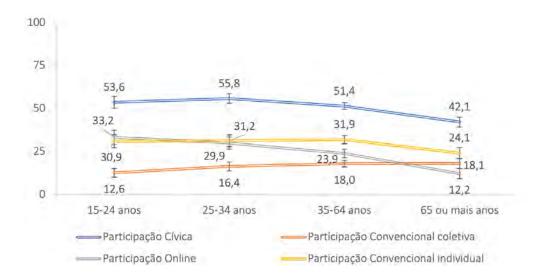


Figura 13. Médias e intervalos de confiança a 95% das dimensões de participação política por grupo etário

Por outro lado, relativamente à participação convencional coletiva, verificou-se que os indivíduos do grupo etário dos 15 aos 24 anos apresentavam pontuações médias significativamente inferiores (M = 12.6, DP = 20.3), quando comparados com sujeitos com idades entre os 35 e os 64 anos (M = 18.0, DP = 23.5; p = .005) e com idades iguais ou superiores a 65 anos (M = 18.1, DP = 24.7; p = .029).

No que concerne à participação política *online*, é de referir que os participantes do grupo etário dos 15 aos 24 anos apresentaram pontuações significativamente superiores (M=33.2, DP=32.2), comparativamente aos participantes entre os 35 e os 64 anos (M=23.9, DP=31.5; p < .001) e 65 ou mais anos (M=12.2, DP=25.0; p < .001). Participantes entre os 25 e os 34 anos (M=29.9, DP=31.3) obtiveram pontuações significativamente superiores às do grupo etário dos 35 aos 65 anos (p=.031) e de 65 ou mais anos (p < .001). É, ainda, de referir que participantes entre os 35 e os 64 anos tiveram pontuações médias significativamente superiores aos participantes com 65 ou mais anos (p < .001).

Por último, no que diz respeito à participação política convencional individual, denotouse que participantes com idades superiores a 65 anos apresentavam pontuações médias significativamente inferiores (M=24.1, DP=28.0), comparativamente com sujeitos entre os 15 e os 24 anos (M=30.9, DP=29.4; p=.035), os 25 e os 34 anos (M=31.2, DP=29.8; p=.017) e 35 e 64 anos (M=31.9, DP=28.8; p<.001).

Em suma, os jovens (15–24 anos) demonstraram envolver-se mais frequentemente em comportamentos de participação política cívica e *online*, adotando de forma menos regular comportamentos de participação política convencional coletiva. Em contrapartida, envolvem-se mais em comportamentos de participação política convencional individual, em comparação com o grupo etário mais velho. Contudo, este envolvimento continua a ser inferior ao apresentado pelos grupos dos 25 aos 34 anos e dos 35 aos 64 anos. Assim, é possível observar uma maior tendência dos jovens em participar em atividades políticas

consideradas não-convencionais, aproximando-se, inclusive, o efeito do grupo etário na participação política *online* de uma magnitude média.

4.4. Outras formas de participação

Conforme já foi referido, os itens 8. "Participar numa manifestação relacionada com questões sociais, cívicas ou políticas", 11. "Escrever ou grafitar mensagens políticas em paredes" e 13. "Votar nas eleições", relativos aos comportamentos de participação, por diferentes motivos foram excluídos da estrutura fatorial que resultou nos quatro fatores descritos no ponto anterior. É importante, no entanto, salientar, que o item 13. "Votar nas eleições" talvez necessite de maior foco em futuros estudos pois, apesar de os jovens entre os 15 e os 18 não terem tido oportunidade de votar em nenhuma eleição portuguesa aquando da realização do estudo, poderão ter respondido pensando em outras eleições como, por exemplo, as eleições para associações estudantis.

São apresentadas de seguida análises comparativas para cada um dos três itens por grupo etário. A análise de variância permitiu perceber que não existem diferenças estatisticamente significativas na participação em manifestações relacionadas com questões sociais, cívicas ou políticas, F(3, 650) = 1.59, p = .190, nem no item relativo a escrever ou grafitar mensagens políticas em paredes, F(3, 632) = 1.57, p = .196, entre os diferentes grupos etários (Figura 14).

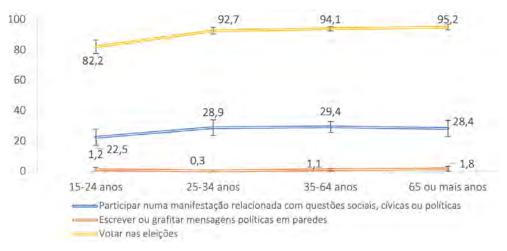


Figura 14. Médias e intervalos de confiança a 95% das outras formas de participação política por grupo etário

Já relativamente ao ato de votar em eleições anteriores, verificou-se um efeito do grupo etário nesta variável, $F(3,517)=9.97, p<.001, \omega^2=.04$. Observaram-se, assim, diferenças estatisticamente significativas entre o grupo de participantes com idades compreendidas entre os 19 e os 24 anos (M=82.2, DP=29.6; p<.001) e os grupos de 25 e 34 anos (M=92.7, DP=20.0; p<.001), 35 e 64 anos (M=94.1, DP=17.3; p<.001) e, ainda, com 65 ou mais anos (M=95.2, DP=15.8; p<.001). É, então, possível perceber que o grupo mais jovem revela uma menor tendência para se envolver nas votações em eleições, comparativamente com as restantes faixas etárias, mas também aqui se trata de um efeito de baixa magnitude.

4.5. Atitudes e comportamentos políticos

Pela análise dos resultados, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas na avaliação do funcionamento da democracia em Portugal nos diferentes grupos etários, F(3, 676) = 18.0, p < .001, $\omega^2 = .03$ (Figura 15). Os participantes com idades entre os 15 e os 24 anos apresentaram pontuações médias significativamente superiores (M = 5.99, DP = 1.73; p < .001), comparativamente com participantes com idades entre os 25 e 34 anos (M = 5.31, DP = 1.95; p < .001), 35 e 64 anos (M = 4.97, DP = 2.30; p < .001) e com 65 ou mais anos (M = 5.07, DP = 2.31; p < .001).

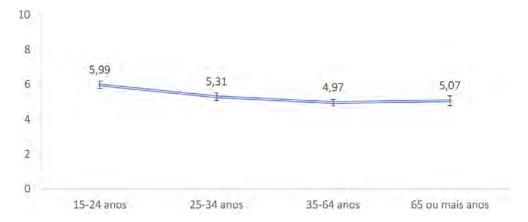


Figura 15. Médias e intervalos de confiança a 95% da avaliação do funcionamento da democracia por grupo etário

Por outro lado, não houve diferenças estatisticamente significativas entre os grupos etários no interesse pela política, F(3, 1457) = 1.40, p = .242. Os resultados variaram entre M = 2.33 (valores de 1 a 4; DP = 1.02) para os participantes entre os 15 e os 24 anos e M = 2.50 (DP = 0.99) para os participantes entre os 25 e os 34 anos.

Relativamente à frequência com que procuram informações sobre política em diferentes fontes, foram detetadas diferenças estatisticamente significativas nos itens relativos a ver notícias sobre política na televisão, F(3, 652) = 9.10, p < .001, $\omega^2 = .02$, ouvir notícias sobre política na rádio, F(3, 657) = 3.70, p = .012, $\omega^2 = .01$, e utilizar as redes sociais para obter informação política, F(3, 602) = 43.06, p < .001, $\omega^2 = .17$. Não foram detetadas diferenças significativas na atividade de ler notícias sobre política num jornal, F(3, 658) = 2.17, p = .09.

Os participantes com idades entre os 15 e os 24 anos apresentaram pontuações significativamente inferiores na atividade de ver notícias sobre política na televisão (M=76.0,DP=29.7), quando comparados com sujeitos entre os 35 e os 64 anos (M=83.7,DP=29.2;p=.004) e com 65 ou mais anos (M=87.0,DP=25.9;p<.001). Participantes com idades entre os 25 e os 34 anos (M=78.1,DP=30.5) obtiveram, também, pontuações inferiores ao grupo dos 35 aos 64 anos (p=.037) e com 65 ou mais anos (p<.001).

No mesmo sentido, verificou-se que os participantes do grupo etário dos 15 aos 24 anos apresentaram pontuações significativamente inferiores, relativamente a ouvir notícias sobre política na rádio (M = 39.0, DP = 36.8), às pontuações dos participantes entre os 35 e os 64 anos (M = 47.8, DP = 40.5; p = .012).

Por último, os participantes mais jovens revelaram pontuações significativamente superiores na utilização de redes sociais para obter informação política (M=32.2, DP=35.4), em comparação com sujeitos entre os 25 e os 34 anos (M=7.3, DP=20.0; p<.001), os 35 e os 64 anos (M=5.9, DP=17.3; p<.001) e 65 ou mais anos (M=4.8, DP=15.8; p<.001; Figura 16).

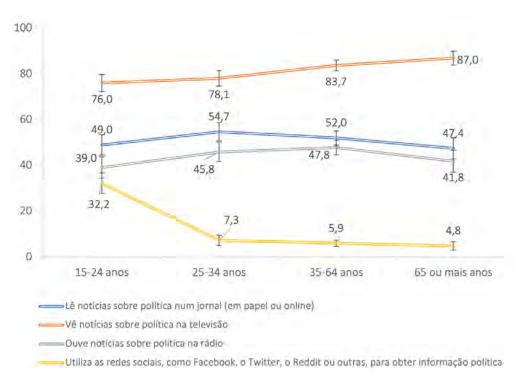


Figura 16. Médias das fontes de informação política por grupo etário

Deste modo, os jovens entre os 15 e os 24 anos revelaram uma menor utilização da televisão e da rádio como fonte para obter informações políticas. Em contrapartida, destaca-se uma maior tendência de utilização das redes sociais para obter informações sobre política, sendo o grupo etário com maiores pontuações neste domínio. Destaca-se, ainda, a elevada magnitude do efeito observada (aproximadamente 17% da variabilidade da utilização das redes sociais para obter informação política é explicada pelo grupo etário).

Relativamente à pertença e participação em grupos ou associações, foram detetadas diferenças significativas entre os grupos etários na pertença a um sindicato, $F(3,720)=44.77, p<.001, \omega^2=.05,$ a uma associação ou ordem profissional, $F(3,685)=13.19, p<.001, \omega^2=.02,$ a uma paróquia ou outro tipo de associação religiosa, $F(3,654)=6.76, p<.001, \omega^2=.01,$ a um grupo desportivo, F(3,646)=13.84, p<.001, $\omega^2=.03,$ a um grupo cultural ou de lazer, $F(3,663)=4.80, p=.003, \omega^2=.01,$ a uma associação juvenil ou estudantil, $F(3,623)=26.43, p<.001, \omega^2=.06,$ e a movimentos sociais, $F(3,662)=3.44, p=.017, \omega^2=.004.$

Por outro lado, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas na pertença a um partido político, F(3, 646) = 1.68, p = .171 e a uma organização de apoio social ou de direitos humanos, F(3, 662) = 1.07, p = .363 (Tabela 5).

| | 15-24 anos | 15-24 anos 25-34 anos 35-64 anos 6 | | 65 ou mais anos | F | ω^2 |
|--|-------------|------------------------------------|----------------|-----------------|---------|------------|
| | M (DP) | M (DP) | M (DP) | M (DP) | | |
| 1. Partido político | 5.49 (19.8) | 8.76 (23.5) | 8.55 (21.3) | 8.84 (22.5) | 1.68 | - |
| 2. Sindicato | 1.65 (9.91) | 5.13 (18.6) | 13.3 (25.9) | 13.2 (19.5) | 44.8*** | .05 |
| 3. Associação ou ordem profissional | 9.29 (25.9) | 24.9 (39.0) | 19.4 (35.1) | 14.4 (24.6) | 13.1*** | .02 |
| Paróquia ou outro tipo de associação religiosa | 25.2 (34.9) | 22.9 (31.1) | 26.1 (35.6) | 35.2 (37.0) | 6.76*** | .01 |
| 5. Grupo desportivo | 35.3 (36.7) | 28.3 (32.4) | 24.7 (32.1) | 17.7 (27.8) | 13.8*** | .03 |
| 6. Grupo cultural ou de lazer | 17.0 (29.3) | 21.2 (31.5) | 25.3 (33.9) | 24.5 (32.1) | 4.80** | .01 |
| Organização de apoio social ou de direitos humanos | 13.8 (29.1) | 13.6 (28.2) | 15.9 (30.6) | 12.5 (26.0) | 1.07 | - |
| 8. Associação juvenil ou estudantil | 24.8 (31.6) | 16.9 (22.4) | 11.4 (19.2) | 7.3 (16.2) | 26.4*** | .06 |
| 9. Movimentos sociais | 11.9 (27.2) | 7.96 (20.6) | 9.52 (25.3) | 5.88 (18.8) | 3.44* | .004 |

Tabela 5. Diferenças na Pertença a Grupos ou Associações em função do grupo etário *p < .05. **p < .01. ***p < .001.

A análise de comparações múltiplas acerca da pertença a grupos ou associações permitiu observar que indivíduos com idades entre os 15 e os 24 anos apresentaram médias significativamente inferiores no item "sindicato", quando comparados com sujeitos entre os 25 e os 34 anos (p = .025), os 35 e os 64 anos (p < .001) e com 65 ou mais anos (p < .001). Participantes com idades entre os 25 e os 34 anos demonstraram pontuações significativamente inferiores ao grupo etário dos 35 aos 64 anos (p < .001) e de 65 ou mais anos (p < .001).

No que concerne à pertença a uma associação ou ordem profissional, participantes com idades compreendias entre os 15 e os 24 anos obtiveram pontuações significativamente inferiores aos participantes de 25 a 34 anos (p < .001) e 35 a 64 anos (p < .001). Participantes com 65 ou mais anos apresentaram pontuações significativamente inferiores aos participantes do grupo dos 25 aos 34 anos (p < .001).

Por outro lado, participantes com 65 ou mais anos demonstraram médias significativamente superiores no item "paróquia ou outro tipo de associação religiosa", em comparação com indivíduos entre os 15 e os 24 anos (p = .008), 25 e 34 anos (p < .001) e 35 e 64 anos (p = .003). Assim, indivíduos com 65 ou mais anos apresentam uma maior pertença a este tipo de associação do que os restantes grupos.

No item "grupo desportivo", sujeitos com 65 ou mais anos demonstraram pontuações significativamente inferiores, comparativamente com participantes entre os 15 e os 24 anos (p < .001), os 25 e os 34 anos (p < .001) e os 35 e os 64 anos (p = .005). Para além disso, o grupo etário dos 15 aos 24 anos demonstrou pontuações significativamente superiores ao grupo dos 35 aos 64 anos (p < .001).

No que concerne ao grupo cultural ou de lazer, participantes entre os 15 e os 24 anos obtiveram pontuações médias significativamente inferiores, em comparação com sujeitos entre os 35 e os 64 anos (p = .002) e com 65 ou mais anos (p = .028), demonstrando uma pertença menos frequente a grupos culturais ou de lazer.

Já no item "associação juvenil ou estudantil", os participantes com 65 ou mais anos revelaram pontuações inferiores, seguidos do grupo dos 35 os 64 anos, dos 25 aos 34 anos e dos 15 aos 24 anos. Participantes com 65 ou mais anos apresentam uma pertença menos frequente a este tipo de grupos (p < .01).

No que diz respeito aos movimentos sociais, observou-se que participantes do grupo dos 65 ou mais anos obtiveram pontuações significativamente inferiores, comparativamente ao grupo dos 15 aos 24 anos (p = .021). Na Figura 17, são apresentadas graficamente as médias dos três itens em que foi verificada a maior magnitude do efeito do grupo etário.

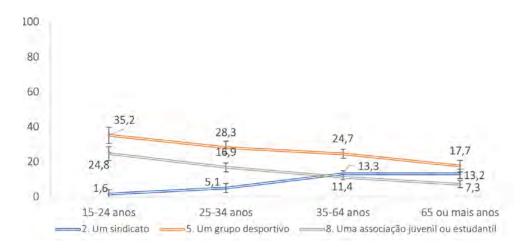


Figura 17. Médias da pertença e participação em grupos ou associações por grupo etário

Em conclusão, o grupo dos 15 aos 24 anos demonstrou uma menor participação em sindicatos, ordens profissionais, paróquias ou outras associações religiosas e grupos culturais ou de lazer. Por outro lado, destaca-se como a faixa etária com maior envolvimento em grupos desportivos, associações juvenis ou estudantis e movimentos sociais.

Nas questões relacionadas com os Partidos Políticos e Líderes Partidários verificaram-se diferenças estatisticamente significativas na opinião sobre o facto de se considerar que os líderes partidários escutam os militantes dos partidos, F(3,652) = 10.80, p < .001, $\omega^2 = 10.80$, p < .001, $\omega^2 = 10.80$, p < .001, $\omega^2 = 10.80$, $\omega^2 = 10.80$

.02, e que os partidos apenas servem para dividir as pessoas, F(3, 1441) = 13.11, p < .001, $\eta^2 = .03$. Não se verificaram diferenças significativas na opinião de que os partidos políticos são necessários em qualquer democracia, F(3, 1440) = 0.63, p = .59.

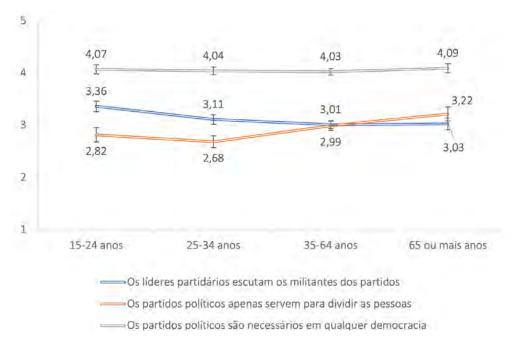


Figura 18. Médias das opiniões acerca de partidos políticos e líderes partidários por grupo etário

Observaram-se pontuações significativamente superiores acerca do facto de os líderes políticos escutarem os militantes dos partidos, no grupo dos 15 aos 24 anos (M=3.36, DP=0.80), comparativamente ao grupo dos 25 aos 34 anos (M=3.11, DP=0.81; p=0.002), dos 35 aos 64 anos (M=3.01, DP=0.96; p<0.001) e ao grupo dos 65 ou mais anos (M=3.03, DP=0.95; p<0.001). Deste modo, sujeitos entre os 15 e os 24 anos tendem a apresentar uma maior concordância com a frase apresentada.

Por último, no que concerne à opinião sobre os partidos políticos apenas servirem para dividir as pessoas, o grupo dos 65 ou mais anos revelou pontuações médias significativamente superiores (M=3.22, DP=1.12), em comparação com participantes do grupo dos 15 aos 24 anos (M=2.82, DP=1.09; p < .001), dos 25 aos 34 anos (M=2.68, DP=1.02; p < .001) e dos 35 aos 64 anos (M=3.02.99, DP=1.20; p=.026).

Denota-se, ainda, que o grupo dos 25 aos 34 anos obteve pontuações significativamente inferiores, quando comparado com o grupo dos 35 aos 64 anos (p < .001). Os jovens dos 15 aos 24 anos tendem, assim, a considerar menos que os partidos políticos servem apenas para dividir as pessoas.

4.6. Autoposicionamento ideológico

No que diz respeito ao autoposicionamento ideológico no espectro político esquerdadireita, não se verificou o efeito do grupo etário, F(3, 1358) = 1.54, p = .203, não existindo, assim, diferenças significativas nesta variável (Figura 19).

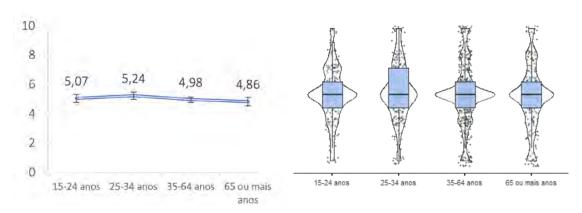


Figura 19. Autoposicionamento ideológico por grupo etário

5. Comparação dos estudos de 2007, 2015 e 2020

Um dos objetivos deste projeto prende-se com a realização de uma análise comparativa dos resultados obtidos em 2020 com alguns dos resultados dos estudos de 2007 e 2015, enfatizando os jovens dos 15 aos 24 anos ($n_{2007} = 589$, $n_{2015} = 407$ e $n_{2020} = 245$). Neste sentido, esta secção irá focar-se nas variáveis funcionamento da democracia em Portugal, interesse pela política, atividades relacionadas com informação sobre política, pertença a grupos ou associações, comportamentos de participação política e posicionamento à esquerda/direita.

5.1. Funcionamento da democracia em Portugal

Nos estudos de 2007 (M = 4.24, DP = 2.44) e 2015 (M = 3.79, DP = 2.26), os participantes demonstraram pontuações mais reduzidas ao avaliarem o funcionamento da democracia em Portugal quando comparados com os resultados de 2020 (M = 5.15, DP = 2.22; Figura 20). Por outro lado, verifica-se o mesmo padrão em todos os estudos, isto é, os jovens dos 15 aos 24 anos avaliam mais positivamente o funcionamento da democracia do que a amostra total.

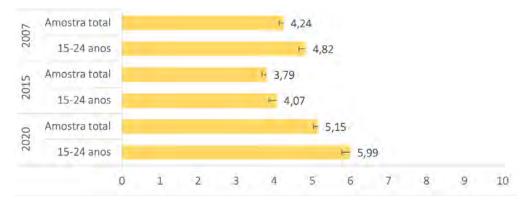


Figura 20. Perceção sobre o funcionamento da democracia em Portugal (2007, 2015 e 2020; médias e intervalos de confiança a 95%)

5.2. Interesse pela política

Ao analisar o interesse pela política, é possível constatar que a proporção de participantes jovens com nenhum ou pouco interesse em 2007 foi de 76%, em 2015 foi de 92% e neste estudo foi de 58% (Figura 21). Pelo que podemos perceber, parece existir, atualmente, um maior interesse pela política por parte dos jovens portugueses.



Figura 21. Interesse pela política dos jovens dos 15 aos 24 anos (2007, 2015 e 2020; distribuição de frequências)

Foram, ainda, calculadas as médias para cada um dos anos em análise. Podemos, assim, constatar que em 2007 (M = 2.09, DP = 0.93) o interesse pela política era superior a 2015 (M = 1.65, DP = 0.74), sendo, no entanto, inferior a 2020 (M = 2.39, DP = 0.99), quer para a amostra total, quer para o grupo dos jovens.

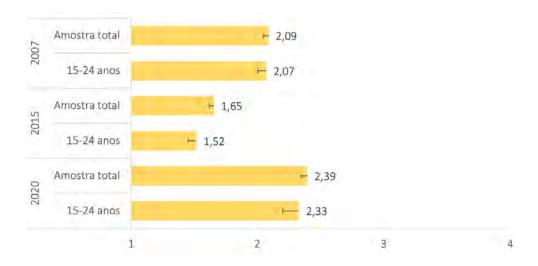


Figura 22. Interesse pela política (2007, 2015 e 2020; médias e intervalos de confiança a 95%)

5.3. Atividades relacionadas com informação sobre política

São apresentadas na Figura 23 as frequências com que os participantes praticam cada uma das atividades relacionadas com informação sobre política. Nesta comparação,

é importante salientar que no estudo de 2007 as categorias 1 (*nunca*) e 2 (*menos de 1 vez/semana*) apareciam agrupadas. Assim, para facilitar a comparação, optou-se por agrupar também estas duas categorias nos resultados dos estudos de 2015 e 2020. De uma forma geral, é no estudo de 2020 que se verifica uma maior frequência de atividades relacionadas com informação sobre política.

Destaca-se a primazia da televisão, mas a utilização das redes sociais como fonte de informação política ganhou destaque em 2020 (72% com uma frequência maior ou igual a 1 a 2 dias/semana).

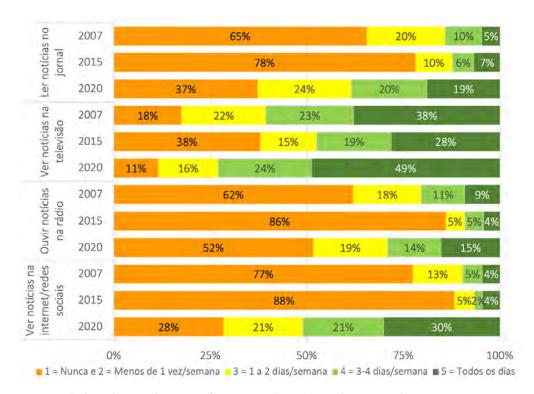


Figura 23. Atividades relacionadas com informação sobre política dos jovens dos 15 aos 24 anos (2007, 2015 e 2020; distribuição de frequências)

5.4. Pertença e participação em grupos ou associações

Ao analisar a pertença e participação em grupos ou associações (Figura 24), verificou-se que, em 2020, os jovens dos 15 aos 24 anos se destacam com uma participação mais ativa nos grupos desportivos, nas paróquias ou outro tipo de associação religiosa, nas associações juvenis ou estudantis e nos grupos culturais ou de lazer. Se excluirmos o estudo de 2015, em que se verificaram baixas proporções de participação ativa neste grupo, a maior variação encontrada entre 2007 e 2020 foi nos grupos desportivos (cerca de 5 pontos percentuais).

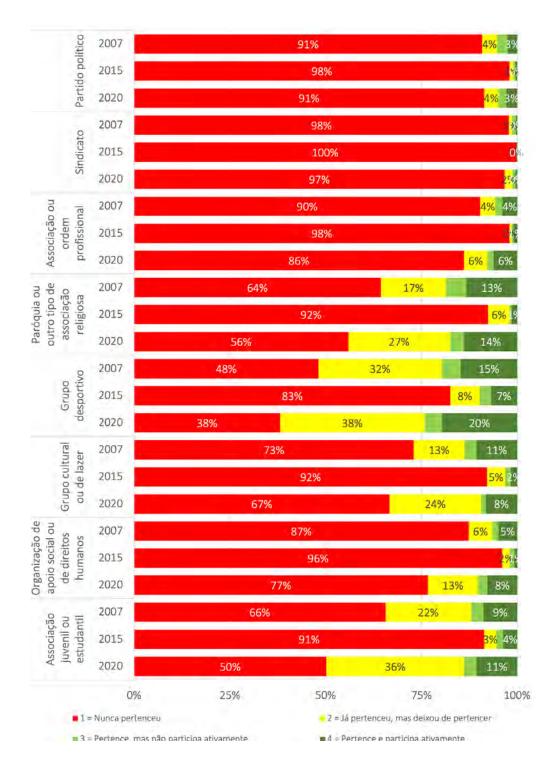


Figura 24. Pertença e participação dos jovens dos 15 aos 24 anos em grupos ou associações (2007, 2015 e 2020; distribuição de frequências)

5.5. Comportamentos de participação política

Na mesma linha dos resultados obtidos para a pertença e participação em grupos ou associações, à exceção do comportamento "Participar num comício de um partido ou de um candidato", que pode ser justificado em parte pela pandemia, e "Participar numa manifestação relacionada com questões sociais, cívicas ou políticas", com valores

idênticos a 2007, é no estudo de 2020 que se verifica a maior proporção de participação ativa no "último ano" (Figura 25). Neste estudo, destacam-se os comportamentos "Assinar uma petição" (36%; 46% nos jovens; maior diferença encontrada entre a amostra total e os jovens), "Boicotar ou comprar certos produtos por razões políticas ou para favorecer o meio-ambiente" (30%; 35% nos jovens) e "Dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social, cívica ou política" (25%; 24% nos jovens).

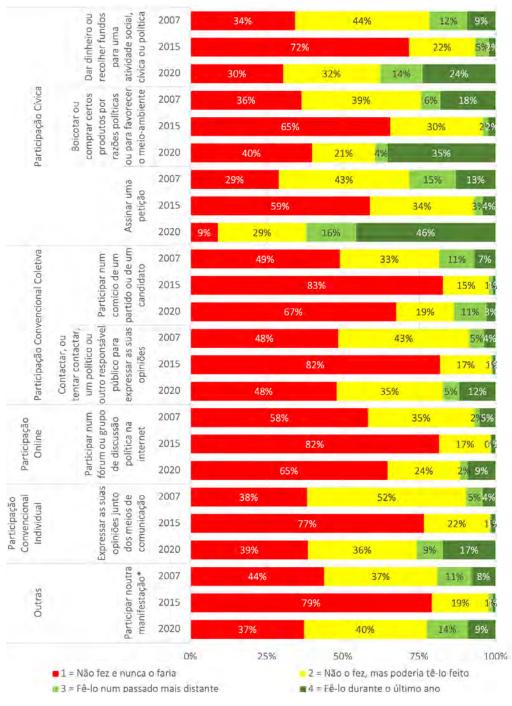


Figura 25. Comportamentos de participação política dos jovens dos 15 aos 24 anos (2007, 2015 e 2020; distribuição de frequências)²

²*Participar noutra manifestação política (em 2007 e 2015) ou participar numa manifestação relacionada com questões sociais, cívicas ou políticas (em 2020).

5.6. Autoposicionamento à esquerda/direita

No que concerne ao posicionamento à esquerda ou à direita (em que o equivale à posição mais à esquerda e 10 à posição mais à direita), os participantes tendem a posicionar-se num ponto intermédio, tanto em 2007 (M = 5.04, DP = 2.45), como em 2015 (M = 4.72, DP = 2.09) e 2020 (M = 5.15, DP = 2.21; Figura 26).

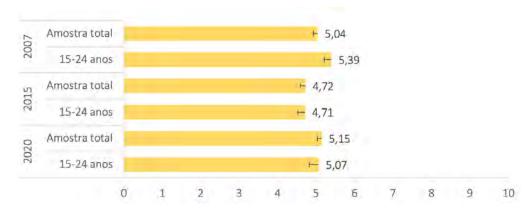


Figura 26. Autoposicionamento ideológico esquerda-direita (2007, 2015 e 2020; médias e intervalos de confiança a 95%)

A distribuição dos participantes no espectro ideológico é muito similar nos três estudos avaliados. É nos valores relativos ao centro (4, 5 e 6) que se enquadra a a maioria dos participantes (entre 53% a 59%; quer para os jovens, quer para a amostra total).

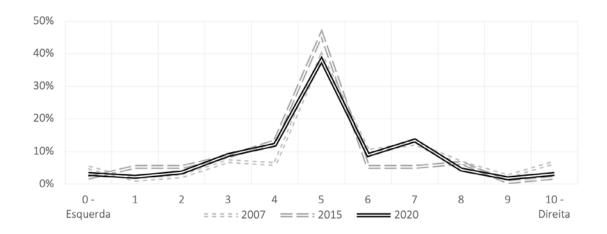


Figura 27. Autoposicionamento ideológico esquerda-direita jovens dos 15 aos 24 anos (2007, 2015 e 2020; distribuição de frequências)

6. Preditores da participação política

Nesta seção, procurámos explorar os principais preditores do voto e das diferentes formas de participação identificadas; a participação convencional individual (contactar políticos e meios de comunicação social), a participação convencional coletiva (comícios de partidos, distribuição de panfletos), a participação cívica (voluntariado, dádivas para causas, assinar petições, boicote a produtos por razões políticas) e a participação *online* (partilha e comentário a conteúdos políticos em redes sociais; fóruns de discussão).

Foram realizados cinco modelos de regressão linear múltipla, considerando cada uma das formas de participação. Todos os modelos se revelaram significativos³. Na Tabela 6, podemos consultar os coeficientes de regressão estandardizados dos modelos de regressão efetuados.

| Variáveis | PCC | PCC PCI | | PC | PO |
|---|-----------|----------|-----------|-----------|----------|
| Masculino | 0,042 | 0,037 | 0,064* | -0,116*** | 0,01 |
| 15-24 anos | -0,104** | -0,013 | -0,204*** | 0,016 | 0,075* |
| 25-34 anos | -0,039 | -0,017 | -0,043 | 0,029 | 0,039 |
| Grau de ensino | 0,072* | 0,119*** | 0,076* | 0,264*** | 0,187*** |
| Rendimento do agregado familiar | 0,129*** | -0,001 | 0,099** | 0,084** | 0,052 |
| Variação do rendimento com a pandemia | -0,026 | -0,03 | 0,03 | -0,041 | -0,061* |
| Escolaridade dos pais | -0,056 | -0,015 | -0,051 | -0,016 | 0,075* |
| Frequência de participação em serviços religiosos | 0,071* | 0,000 | 0,025 | -0,007 | -0,038 |
| Auto posicionamento ideológico | 0,046 | -0,013 | 0,01 | -0,017 | 0,008 |
| Autoeficácia política | 0,093** | 0,061 | 0,013 | 0,061* | 0,068* |
| Eficácia política coletiva | -0,032 | 0,021 | 0,018 | -0,025 | -0,026 |
| Eficácia política externa | 0,023 | -0,019 | -0,024 | -0,022 | -0,001 |
| Atitudes populistas | -0,101*** | 0,026 | -0,036 | 0,015 | 0,002 |

Tabela 6. Modelo de regressão para as diferentes formas de participação

PCC: Participação Convencional Coletiva; PCI: Participação Convencional Individual; PC: Participação Cívica; PO: Participação Online

No caso da participação convencional coletiva, os participantes jovens dos 15-24 anos e com atitudes mais populistas apresentam significativamente menores níveis de participação. O grau de ensino, o rendimento do agregado familiar, a frequência de participação em serviços religiosos e a autoeficácia política estão positivamente associados à participação convencional coletiva (ver Tabela 6 e Figura 28). No caso da participação convencional individual, apenas foram detetados efeitos significativos do grau de ensino.

 $^{^3}$ Participação Convencional Coletiva $F(13,1258)=6.00,\,\mathrm{p}<.001,\,R^2=.058,\,\mathrm{R^2_{Aj}}=.049;$ Participação Convencional Individual $F(13,1258)=1.79,\,\mathrm{p}=.040,\,R^2=.018,\,\mathrm{R^2_{Aj}}=.008;$ Participação Cívica $F(13,1258)=11.5,\,\mathrm{p}<.001,\,R^2=.107,\,R^2_{Aj}=.097;$ Participação Online $F(13,1258)=10.2,\,\mathrm{p}<.001\,R^2=.095,\,\mathrm{R^2_{Aj}}=.086;$ o voto $F(13,1202)=6.13,\,\mathrm{p}<.001,\,R^2=.062,\,\mathrm{R^2_{Aj}}=.052.$

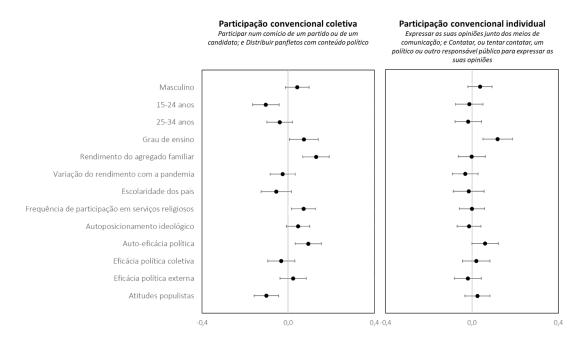


Figura 28. Coeficientes de regressão estandardizados e respetivos intervalos de confiança a 95% para a participação política convencional coletiva e individual

Constatámos, ainda, que são os participantes do género masculino, com maiores níveis de ensino e com níveis mais elevados de rendimento do agregado familiar os que apresentam maior participação eleitoral (voto). Destaca-se o facto de os jovens dos 19-24 anos apresentarem menor participação, comparativamente aos restantes grupos etários (Figura 29).

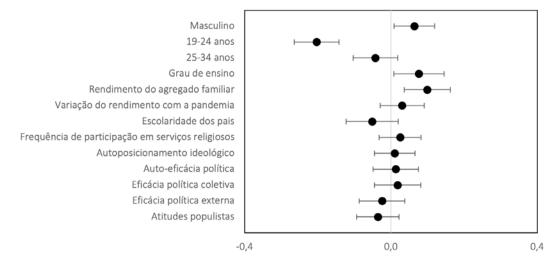


Figura 29. Coeficientes de regressão estandardizados e respetivos intervalos de confiança a 95% para o voto

Na Figura 30, são apresentados os gráficos relativos aos modelos de regressão para a participação cívica e participação *online*. Destaca-se a maior apetência dos jovens para a participação *online*, a importância do grau de ensino e da autoeficácia política para estas duas formas de participação não-convencionais.

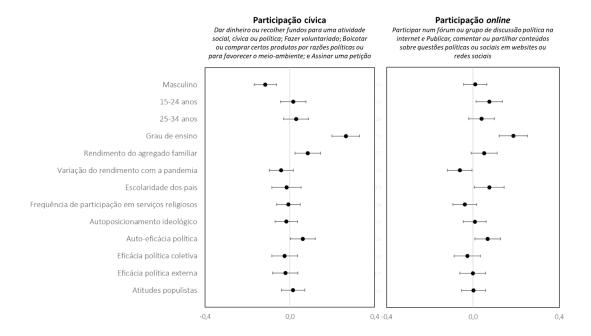


Figura 30. Coeficientes de regressão estandardizados e respetivos intervalos de confiança a 95% para a participação cívica e online

Destacamos, também, os maiores níveis de participação cívica por parte das mulheres e a importância da escolaridade dos pais, no caso da participação *online*. Foi ainda detetado um efeito significativo e negativo da variação do rendimento com a pandemia na participação *online*.

7. Análise das atitudes populistas

Nesta secção foi explorada a dimensão relacionada com as atitudes populistas. Na Figura 31, são apresentadas as médias e os respetivos intervalos de confiança para diferentes variáveis de caracterização dos participantes que responderam a todas as variáveis (n = 1.273; sem ponderação).

É possível verificar algumas diferenças nos níveis médios das atitudes populistas. Destacam-se os seguintes grupos de participantes por apresentarem níveis mais baixos de atitudes populistas relativamente à amostra total (M=66.6, DP=18.1, IC95%: 65,6-67.6): com idades entre os 15 e os 24 anos; com grau de ensino de curso superior; com pais com ensino superior; cujos rendimentos lhes permitem viver confortavelmente; e que participam em serviços religiosos pelo menos uma vez por mês. Por outro lado, destacam-se os seguintes grupos de participantes por apresentarem níveis mais altos de atitudes populistas comparativamente à amostra total: com $3.^{\circ}$ ciclo do básico; com pais sem escolaridade; com dificuldade em viver com os rendimentos que o agregado familiar aufere; destacam-se, ainda, os participantes cujo rendimento aumentou muito com a pandemia e os que que participam em serviços religiosos todos os dias. Porém, estes grupos apresentam um número reduzido de participantes (visível pela amplitude do intervalo de confiança).

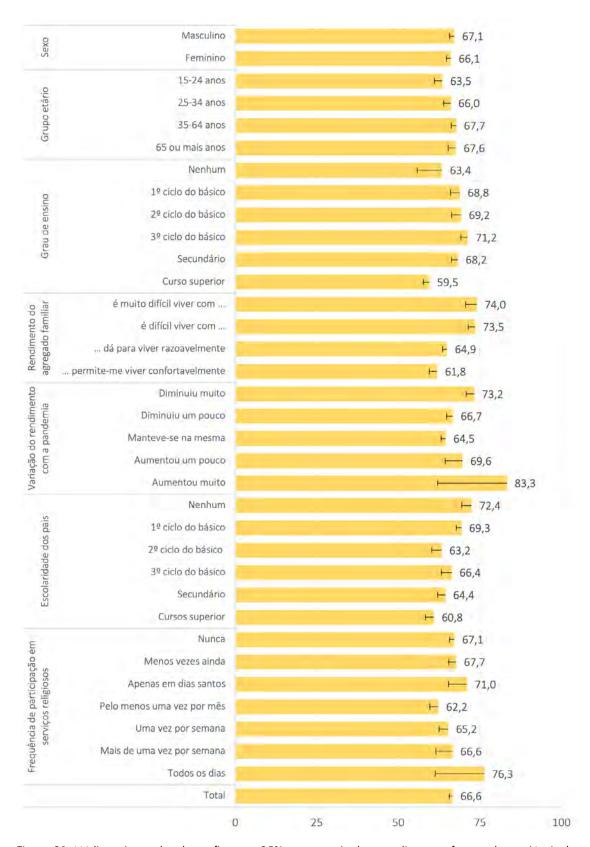


Figura 31. Médias e intervalos de confiança a 95% para as atitudes populistas em função das variáveis de caracterização

No sentido de perceber, numa perspetiva mais holística, quais as variáveis que apresentam maior efeito na escala de atitudes populistas, foi desenvolvido um modelo

de regressão linear múltipla, considerando como variável dependente a Escala de Atitudes Populistas. O modelo encontrado revelou-se significativo, F (12, 1260) = 12.3, p < .001, explicando cerca de 10% da variabilidade nos valores da Escala de Atitudes Populistas (R^2 = .104, R^2_{Aj} = .096).

Na Tabela 7, podemos consultar os resultados da regressão efetuada, nomeadamente os coeficientes de regressão estandardizados e não-estandardizados e respetivos intervalos de confiança. Salientam-se as variáveis que contribuem de forma significativa para a explicação da variação nos valores da escala de atitudes populistas. De uma forma geral, podemos afirmar que níveis mais elevados de ensino, rendimentos que permitam viver confortavelmente, níveis mais elevados de escolaridade dos pais, maior frequência de participação em serviços religiosos e níveis mais elevados de eficácia política coletiva e externa estão significativamente associados a níveis mais reduzidos na escala de atitudes populistas.

| Variáveis ₋ | Coeficientes não- estandardizados e IC95% | | | Coeficientes estandardizados e IC95% | | | |
|---|--|--------|--------|--------------------------------------|--------|--------|--|
| | В | LI | LS | β | LI | LS | |
| Masculino | 1,295 | -0,624 | 3,214 | 0,036 | -0,017 | 0,089 | |
| 15-24 anos | 0,660 | -2,274 | 3,594 | 0,014 | -0,047 | 0,074 | |
| 25-34 anos | 1,411 | -1,137 | 3,960 | 0,032 | -0,026 | 0,091 | |
| Grau de ensino | -0,861* | -1,702 | -0,019 | -0,067* | -0,132 | -0,001 | |
| Rendimento do agregado familiar | -3,845*** | -5,169 | -2,522 | -0,172*** | -0,231 | -0,113 | |
| Variação do rendimento com a pandemia | -0,903 | -2,199 | 0,393 | -0,039 | -0,096 | 0,017 | |
| Escolaridade dos pais | -1,172** | -1,920 | -0,423 | -0,107** | -0,175 | -0,039 | |
| Frequência de participação em serviços religiosos | -0,607* | -1,198 | -0,015 | -0,056* | -0,111 | -0,001 | |
| Autoposicionamento ideológico | 0,264 | -0,171 | 0,698 | 0,032 | -0,021 | 0,085 | |
| Autoeficácia política# | 0,590+ | -0,049 | 1,230 | 0,054+ | -0,005 | 0,113 | |
| Eficácia política coletiva# | -0,910** | -1,559 | -0,261 | -0,085** | -0,145 | -0,024 | |
| Eficácia política externa# | -1,273*** | -1,841 | -0,705 | -0,132*** | -0,191 | -0,073 | |

Tabela 7. Modelo de regressão para as atitudes populistas

IC: Intervalo de confiança; #Valores de 0-10 pontos; *p < .05, **p < .01, ***p < .001, *p = .070.

As variáveis relativas ao sexo, grupo etário, variação do rendimento durante a pandemia, o posicionamento ideológico e a eficácia política interna pessoal não se revelaram preditores significativos das atitudes populistas. Na Figura 32, podemos visualizar os coeficientes de regressão estandardizados das variáveis incluídas no modelo, ou seja, os coeficientes quando as variáveis são transformadas para a mesma unidade de medida, o que permite a comparação dos efeitos dos diferentes preditores. As três variáveis com maior relevância para a explicação das atitudes populistas, por ordem de importância, foram o rendimento do agregado familiar, a eficácia política externa e a escolaridade dos pais dos participantes.

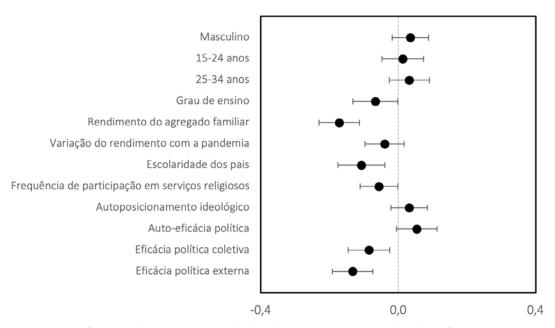


Figura 32. Coeficientes de regressão estandardizados e respetivos intervalos de confiança a 95% para as atitudes populistas

Na Figura 33, são apresentados os gráficos relativos às médias marginais relativas à eficácia política coletiva e à eficácia política externa, podendo assim verificar os efeitos de cada uma destas variáveis nas atitudes populistas, depois de ajustados paras as restantes variáveis do modelo.

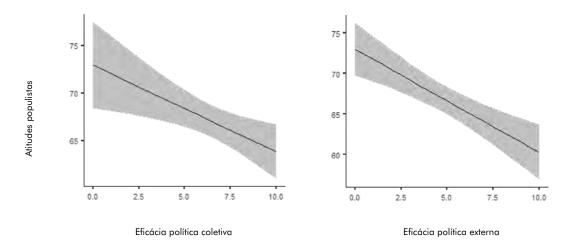


Figura 33. Médias marginais para as dimensões da eficácia política coletiva e externa

Apesar de reportarmos anteriormente um efeito significativo, mas de fraca magnitude, do grupo etário nas atitudes populistas na análise segmentada por grupo etário (participantes dos 15 e dos 24 anos apresentam pontuações mais baixas do que os participantes dos 35 e dos 64), estas diferenças dissipam-se quando controlamos esse efeito para outras variáveis.

Considera-se, ainda, relevante relembrar que os jovens dos 15 e dos 24 anos obtiveram pontuações significativamente mais elevadas, ainda que de baixa magnitude, na autoeficácia política, na eficácia política coletiva e na eficácia política externa do que um ou mais grupos etários.

Face aos resultados da regressão, podemos apontar para que níveis mais elevados de eficácia política coletiva e de eficácia política externa terão um efeito *protetor* de atitudes populistas, verificando-se o oposto para a autoeficácia política, apesar de não ter um efeito significativo (p = .070).

8. Notas conclusivas

Recordam-se, de seguida, os principais objetivos deste estudo, a que procuraremos responder de forma sucinta:

1) Identificar diferenças na participação política dos jovens dos 15 aos 24 anos comparativamente aos seus concidadãos mais velhos.

Os jovens destacam-se por se envolverem mais frequentemente em comportamentos de participação política cívica ("Dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social, cívica ou política"; "Fazer voluntariado"; "Boicotar ou comprar certos produtos por razões políticas ou para favorecer o meio-ambiente"; "Assinar uma petição") e **online** ("Participar num fórum ou grupo de discussão política na internet"; "Publicar, comentar ou partilhar conteúdos sobre questões políticas ou sociais em websites ou redes sociais"). Por outro lado, adotam de forma menos regular comportamentos de participação política **convencional coletiva** ("Participar num comício de um partido ou de um candidato"; "Distribuir panfletos com conteúdo político"). Constata-se, ainda, que os jovens revelam uma **menor tendência para votar em eleições**, comparativamente com as restantes faixas etárias. Apesar das diferenças encontradas, à exceção da participação *online*, as restantes são de magnitude baixa.

Nos modelos explicativos da participação, a escolaridade dos participantes destacase por ser o único preditor significativo de todas as modalidades de participação política exploradas, incluindo o voto. Níveis de escolaridade mais elevados estão associados a uma maior propensão para a participação. Salienta-se, ainda, o rendimento do agregado familiar por estar positivamente associado à participação cívica, à participação convencional coletiva e ao voto. A perceção dos participantes relativamente às suas capacidades pessoais para influenciar processos políticos, definida como autoeficácia política, também se revelou um determinante importante nas diferentes modalidades de participação. Isto é, maior perceção de autoeficácia política está associada a níveis superiores de participação não-convencional (cívica e *online*) e convencional (individual e coletiva), mas não do voto. Destaca-se ainda o facto de os mais jovens (15-24 anos) apresentarem maior apetência para a participação *online* e menos para a participação convencional coletiva e para o voto, depois de ajustar a comparação para outras variáveis (sexo, escolaridade, rendimento do

agregado familiar, escolaridade dos pais, autoposicionamento ideológico, eficácia política, atitudes populistas, entre outras).

2) Obter uma perspetiva evolutiva das diferentes formas de participação política, da avaliação do funcionamento da democracia, do interesse pela política, dos hábitos relativamente às fontes e pesquisa de informação sobre política, da pertença a grupos/associações, bem como do posicionamento ideológico dos jovens portugueses dos 15 aos 24 anos.

O funcionamento da democracia é, atualmente, avaliado de forma mais positiva. Destaca-se, ainda, o facto de os jovens apresentarem, sistematicamente, perceções mais positivas sobre o funcionamento da democracia do que a amostra global nos três estudos considerados. É, também, no estudo de 2020 que se verifica um maior interesse dos jovens pela política, apesar de neste caso apresentarem níveis abaixo da amostra total.

A televisão continua a destacar-se como sendo a fonte de informação política mais frequentemente utilizada. No entanto, a utilização das redes sociais como fonte de informação política ganhou especial destaque em 2020 (72% com uma frequência maior ou igual a 1 a 2 dias/semana; 2007: 23% e 2015: 12%).

Os jovens dos 15 aos 24 anos apresentam uma participação mais ativa nos grupos desportivos e nas paróquias ou noutro tipo de associação religiosa. A maior variação encontrada entre 2007 (15%) e 2020 foi nos grupos desportivos (20%).

As formas de participação atualmente mais frequentes, e mencionadas como tendo sido realizadas no último ano, por parte dos jovens foram "Assinar uma petição" (46%; 2007: 13%), "Boicotar ou comprar certos produtos por razões políticas ou para favorecer o meio-ambiente" (35%; 2007: 18%) e "Dar dinheiro ou recolher fundos para uma atividade social, cívica ou política" (24%; 2007: 9%). Estas três formas de participação fazem parte da dimensão denominada de participação cívica. A distribuição dos participantes no espectro ideológico é muito similar nos três estudos avaliados, encontrando-se a maioria no centro do espetro ideológico.

 Testar os efeitos do grupo etário e identificar variáveis explicativas da adoção de atitudes populistas.

As diferenças, de reduzida magnitude, encontradas entre os grupos etários relativamente às atitudes populistas diluem-se quando são equacionadas outras variáveis. Podemos assim concluir que este fenómeno é transversal, pelo menos no que concerne ao sexo, idade, posicionamento ideológico, mas não relativamente à escolaridade do próprio e dos pais, do rendimento do agregado e dos níveis de eficácia política (coletiva e externa).

Pelos resultados obtidos pelo modelo, podemos constatar que os participantes menos vulneráveis a mensagens populistas apresentam um rendimento do agregado familiar elevado, elevada perceção de eficácia política externa e possuem pais com níveis mais elevados de escolaridade.

Referências

Akkerman, A., Mudde, C. e Zaslove, A. (2014), How Populist Are the People? Measuring Populist Attitudes in Voters. https://doi.org/10.1177/0010414013512600

- Campbell, A., Gurin, G. e Miller, W. E. (1954), The voter decides. Row, Peterson and Company.
- Cohen, J. W. (1988), Statistical power analysis for the behavioral sciences (2.*ed.). Lawrence Erlbaum Associates.
- DeVellis, R. F. (2003), Scale development: Theory and applications (2.a ed.). SAGE.
- Field, A. P. (2009), Discovering statistics using SPSS (3.ª ed.). SAGE.
- Hayes, A. F. e Coutts, J. J. (2020), Use Omega Rather than Cronbach's Alpha for Estimating Reliability. But.... Communication Methods and Measures, 14(1), 1-24. https://doi.org/10.1080/19312458.2020.1718629
- $Hu, L. T. e \ Bentler, P. \ M. (1999), Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives, \\ Structural \ Equation \ Modeling, 6, 1-55. \ \underline{https://doi.org/https://doi.org/10.1080/10705519909540118}$
- Kaiser, H. F. e Rice, J. (1974), Little Jiffy, mark IV, *Educational and Psychological Measurement*, 34, 111-117. https://doi.org/10.1177/001316447403400115
- $\label{eq:mudde} \textit{Mudde, C. (2004)}, \textit{The populist zeitgeist, } \textit{Government and Opposition, } \textit{39(4), } \textit{542-563.} \ \underline{\textit{https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x} \\ \textit{Mudde, C. (2004)}, \textit{The populist zeitgeist, } \textit{Government and Opposition, } \textit{39(4), } \textit{542-563.} \ \underline{\textit{https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x} \\ \textit{Mudde, C. (2004)}, \textit{The populist zeitgeist, } \textit{Government and Opposition, } \textit{39(4), } \textit{542-563.} \ \underline{\textit{https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x} \\ \textit{Mudde, C. (2004)}, \textit{The populist zeitgeist, } \textit{Government and Opposition, } \textit{39(4), } \textit{542-563.} \ \underline{\textit{https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x} \\ \textit{Mudde, C. (2004)}, \textit{The populist zeitgeist, } \textit{Government and Opposition, } \textit{39(4), } \textit{542-563.} \ \underline{\textit{https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x} \\ \textit{Mudde, C. (2004)}, \textit{The populist zeitgeist, } \textit{Government and Opposition, } \textit{39(4), } \textit{542-563.} \ \underline{\textit{https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x} \\ \textit{Mudde, C. (2004)}, \textit{Mudde, C.$
- Raykov, T. (1997), Scale reliability, Cronbach's coefficient alpha, and violations of essential tau-equivalence with fixed congeneric components, *Multivariate Behavioral Research*, 32(4), 329–353. https://doi.org/10.1207/s15327906mbr3204 2
- Sarieva, I. R. (2018), How to measure perceived political efficacy? A three-component scale, *Psychology, Journal of the Higher School of Economics*, 15(3), 477-490. https://doi.org/10.17323/1813-8918-2018-3-477-490
- Silva B. C., Andreadis, I., Anduiza, E., Blanuša, N., Corti, Y. M., Delfino, G., Rico, G., Ruth, S., Spruyt, B., Steenbergen, M., & Littvay, L. (2016), Executive Memo on a New Populist Attitudes Scale. December, 1-19.
- Silva, B. C., Helbling, M. e Jungkunz, S. (2019), An empirical comparison of seven populist attitudes scales, *Political Research Quarterly*, 73(2), 1-44. https://doi.org/10.1177/1065912919833176
- Yigit, S. e Mendes, M. (2018), Which effect size measure is appropriate for one-way and two-way ANOVA models? A Monte Carlo simulation study, REVSTAT Statistical Journal, 16(3), 259-313.

Apêndice

1. Análise estatística

São descritos, abaixo, os principais procedimentos estatísticos realizados no âmbito deste relatório. Neste estudo, os dados foram analisados com recurso ao *IBM SPSS Statistics* (v.27) e ao *Jamovi* (v.1.2.21).

1.1. Análise psicométrica das escalas

Primeiramente, foram realizadas análises fatoriais, mais especificamente, uma análise fatorial exploratória para a Escala de Participação Política e análises fatoriais confirmatórias para as escalas de Eficácia Política e de Atitude Populista, no sentido de perceber se a estrutura de cada questionário representava adequadamente os dados na amostra total. Para estas análises, utilizaram-se os coeficientes: qui-quadrado (χ^2); a razão entre o qui-quadrado e os graus de liberdade (χ^2/df); e os índices de ajuste CFI, TLI, RMSEA e SRMR. Valores de CFI próximos de .95, de TLI iguais ou superiores a .95, de RMSEA inferiores a .06 e de SRMR iguais ou inferiores a .08 são indicativos de um bom ajustamento entre o modelo hipotetizado e o observado (Hu & Bentler, 1999). Na análise fatorial exploratória, para além dos coeficientes mencionados anteriormente, foram, ainda, reportados a medida de Kaiser-Meyer-Oklin (KMO) – considerando-se adequados os valores de KMO superiores a .70 (Kaiser & Rice, 1974) – e o teste de esfericidade de Bartlett, com o objetivo de avaliar a significância da matriz de correlação da análise fatorial.

Para além disso, foi avaliada a fiabilidade, recorrendo ao alfa de Cronbach (α) e ao ómega de McDonald (ω), e a correlação entre os diferentes fatores de cada escala, com recurso ao coeficiente de Pearson (r). São considerados adequados valores de coeficientes de alfa e ómega acima de 0.70 (DeVellis, 2003; Hayes e Coutts, 2020)McDonald's omega (ω . Apesar de as diferenças entre o alfa de Cronbach e o ómega de McDonald poderem ser pequenas em determinadas aplicações, a literatura tem vindo a demonstrar que o alfa de Cronbach apresenta algumas limitações, nomeadamente o facto de ser influenciado pelo número de itens de uma escala – sendo maior em escalas que apresentam um número elevado de itens – e de subestimar a fiabilidade quando os itens não possuem cargas fatoriais iguais. O ómega de McDonald surge, assim, como uma medida que pretende colmatar estas limitações, visto não ser sensível a estes aspetos (Hayes e Coutts, 2020; Raykov, 1997)McDonald's omega (ω . Por sua vez, para o coeficiente de Pearson foram utilizados os pontos de corte .10–.29 (pequeno), .30–.49 (moderado) e superior a .50 (elevado; Cohen, 1988).

Posteriormente, recorreu-se à estatística descritiva para explorar as variáveis sociodemográficas (sexo, idade, ser ou não eleitor no concelho, escalão de escolaridade, ser ou não cidadão português, local de residência, situação conjugal, filhos, escolaridade dos pais, religião e situação profissional).

1.2. Escala de Eficácia Política

A versão original era constituída por 12 itens, sendo que três deles foram posteriormente excluídos com base na análise dos pesos dos fatores. A versão reduzida demonstrou, assim, um bom ajustamento do modelo e todos os itens apresentaram saturações elevadas (> .70) para os diferentes tipos de eficácia política (Sarieva, 2018).

A análise fatorial confirmatória (AFC) foi utilizada para examinar se a estrutura de fatores da Escala de Eficácia Política representava de forma adequada os dados na amostra total.

Os índices de qualidade demonstraram um bom ajustamento do modelo, de acordo com os critérios de Hu e Bentler (1999). Os índices do ajuste do modelo foram os seguintes: $\chi^2_{(24)} = 162$, p < .001, $\chi^2/df = 6.75$, CFI = .929, TLI = .894 e RMSEA = .064, 90% CI [.055, .073], SRMR = 0.037.

No que concerne aos coeficientes de covariância dos três fatores, observaram-se correlações elevadas entre a eficácia política interna pessoal e a interna coletiva, r = .65, p < .001, entre a eficácia política interna pessoal e a externa, r = .55, p < .001, e entre a eficácia política interna coletiva e a externa, r = .60, p < .001.

Em contrapartida, a escala revelou níveis abaixo do limite desejado para a consistência interna para o fator de autoeficácia política (α = .49; ω = .51). Já no fator de eficácia política coletiva, os coeficientes de consistência interna foram questionáveis (α = .62; ω = .63), tendo-se verificado o mesmo no fator de eficácia política externa (α = .65; ω = .66).

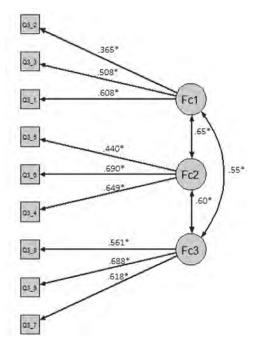


Figura 34. Modelo estrutural da Escala da Eficácia Política com os coeficientes estimados estandardizados obtidos na amostra total

Legenda: Fc1 – Autoeficácia política; Fc2 – Eficácia política coletiva; Fc3 – Eficácia política externa; *p < .001.

1.3. Escala de Atitudes Populistas

A versão original desta escala demonstrou uma boa consistência interna (α = .82) e os seguintes índices de ajustamento do modelo obtido na análise fatorial confirmatória: CFI = .975, TLI = .950, RMSEA = .068 e SRMR = .023 (Silva et al., 2019).

No que diz respeito à Escala de Atitudes Populistas, a validade fatorial do modelo foi avaliada com uma análise fatorial confirmatória (Figura 35). Os índices de qualidade demonstraram um bom ajustamento do modelo, tendo-se obtido os seguintes índices: $\chi^2_{(9)} = 79.2$, p < .001, $\chi^2/df = 8.8$, CFI = .934 e RMSEA = .076, 90% CI [.060, .091], SRMR = 0.035. É, no entanto, de destacar que o índice TLI foi inferior ao desejável para um bom ajustamento do modelo (TLI = .890). Os pesos fatoriais de cada item variaram entre .382 e .595. Ao nível da fiabilidade, a escala revelou níveis questionáveis de consistência interna ($\alpha = .69$; $\omega = .69$).

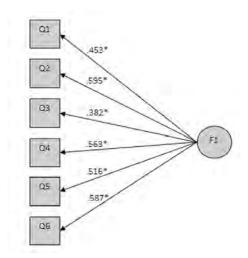


Figura 35. Modelo estrutural da Escala de Atitudes Populistas com os coeficientes estimados estandardizados obtidos na amostra total *p < .001.

1.4. Comparação de grupos etários

No que diz respeito às diferenças entre os quatro grupos etários considerados (15-24 anos, 25-34 anos, 35-64 anos e 65 ou mais anos), foram utilizadas ANOVAs e ANOVAs de Welch, no caso de as variâncias não serem homogéneas (Field, 2009). Os grupos etários foram comparados relativamente ao funcionamento da democracia em Portugal, ao interesse pela política, às atividades relacionadas com informação sobre política, à pertença a grupos ou associações, às opiniões acerca dos líderes partidários e partidos políticos, à eficácia política, às atitudes populistas, à participação política e ao autoposicionamento ideológico esquerdadireita (escala de 0 a 10, em que 0 é a posição mais à esquerda e 10 é a mais à direita).

Para a análise de comparações múltiplas, utilizaram-se os testes de Tukey para as variáveis de eficácia política externa, atitudes populistas, participação política convencional individual e cívica e para a variável relativa à opinião de que os partidos

políticos apenas servem para dividir as pessoas. Nas restantes variáveis recorreu-se ao teste de Games-Howell.

O tamanho do efeito foi medido com os coeficientes eta-squared (η^2) e ómega-squared (ω^2) – o ómega-squared foi utilizado devido à violação da assunção da homogeneidade de variâncias, sendo uma medida menos enviesada para estas situações (Yigit & Mendes, 2018). Os pontos de corte para estes coeficientes foram: .01 (baixa), .06 (média) e .14 (elevada; Cohen, 1988).

